



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, realizada no dia vinte e um de Setembro de dois mil e sete.

Aos vinte e um dias do mês de Setembro do ano dois mil e sete, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, sob a presidência do Sr. Dr. Simões Saraiva. Considerando a ausência do Segundo Secretário, Sr. Prof. António Morgado Ferreira Alves, foi designado o Sr. Dr. Manuel Fabrício Santos para o preenchimento da vaga em aberto na Mesa.

Aberta a sessão, foi feita a chamada dos membros deste órgão, tendo-se verificado que se encontravam ausentes, para além do Sr. Prof. António Morgado Ferreira Alves, o Sr. João José Pereira Esteves, o Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes e o Sr. João Alberto Garcia de Abreu, que não remeteram justificação escrita relativa às suas ausências.

Também não se encontravam presentes nesta sessão a Sra. Eng.<sup>a</sup> Dulce Fidalgo Álvaro Pássaro, o Sr. Alberto Carlos Cadima Santos e o Sr. António Luis de Brito, que justificaram as suas faltas, tendo as mesmas sido consideradas justificadas pela Mesa, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea j) do nº 1 do artigo 46º-A da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. O Sr. António Maria Jorge, Presidente da Junta de Freguesia de Ervedal da Beira, que não pode estar presente nesta sessão da Assembleia Municipal, designou, para seu substituto, o Sr. Fernando Marques Fernandes, vogal da mencionada Junta de Freguesia.

Encontravam-se presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal e os Srs. Vereadores Maria José de Bastos Jorge Gonçalves Freixinho, Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Elsa Maria Lopes Correia e Maria de Fátima Gonçalves Antunes.

Em seguida, o Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Carlos Teixeira da Rocha, procedeu à leitura do pedido de renúncia de mandato apresentado pelo Sr. Dr. José Miguel Sousa Silva, membro da Assembleia Municipal:

“Venho pela presente renunciar ao meu mandato de membro da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, por motivos de ordem pessoal e profissional.

Quero nesta ocasião enaltecer o papel desempenhado por este órgão como verdadeiro garante da democracia representativa a nível local.

Não ficaria então bem com a minha consciência se não tecesse duas breves considerações, sobre dois aspectos que considero nucleares na prática política recente do nosso concelho:

1 - A grande promiscuidade actualmente existente entre alguns políticos e alguma comunicação social, em que a fronteira é cada vez mais difícil de estabelecer entre uns e outros.

2 - A continuação de uma prática política exemplar por parte do actual executivo camarário, vertida, aliás, no último boletim municipal, onde áreas intangíveis como a cultura, educação e desporto, têm uma dinâmica invejável para outros concelhos. O desenvolvimento sustentado de uma região e de um país assenta principalmente na aposta da educação. Este executivo camarário tem feito nesta área um trabalho simplesmente notável, que no entanto não é muito falado. Não tenho qualquer dúvida em afirmar que estamos perante uma autarquia modelo a nível nacional. Gestão rigorosa, com grande capacidade de investimento, e acima de qualquer suspeição sobre interesses pessoais envolvidos é algo cada vez mais raro no panorama das nossas autarquias, onde se sucedem os casos de corrupção e estrangulamento financeiro.



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Por último aproveito para desejar a todos os membros desta Assembleia as maiores felicidades e sucesso no trabalho autárquico, em prol do desenvolvimento do nosso concelho.

Cordiais saudações".

Em seguida, o Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Carlos Rocha, informou que, de acordo com o disposto no nº 1 do artigo 79º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, foi convocada a Sra. Dra. Regina Manuela Passinho Ferrão, na qualidade de candidata imediatamente a seguir na lista do Partido Social Democrata concorrente a este órgão, para preenchimento da vaga ocorrida neste órgão autárquico em virtude do Sr. Dr. José Miguel Sousa Silva ter renunciado ao mandato.

De seguida foi chamada, pela Mesa, a Sra. Dra. Regina Manuela Passinho Ferrão que, depois de ser verificada a sua identidade e legitimidade, prestou o juramento competente.

Da presente sessão da Assembleia Municipal, fazia parte a seguinte Ordem do Dia:

I – Informação acerca da actividade e da situação financeira do Município.

II – Apreciação e votação, nos termos do disposto no nº 4 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, conjugado com a alínea f) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, da proposta da Câmara Municipal para a fixação das Taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis incidentes sobre os prédios urbanos, referenciados nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis.

III – Autorização, nos termos da alínea d) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, para a contratação de um empréstimo de longo prazo, de montante até cinco milhões de euros.

IV – Apreciação e votação, nos termos do artigo 4º do Regulamento de Títulos Honoríficos do Concelho de Oliveira do Hospital, da proposta da Câmara Municipal para atribuição de Medalha de Ouro de Oliveira do Hospital ao Sr. Engº Carlos Alberto de Moura Portugal e Brito.

V – Apreciação e votação, nos termos do artigo 9º do Regulamento de Títulos Honoríficos do Concelho de Oliveira do Hospital, da proposta da Câmara Municipal para atribuição da Medalha de Mérito Municipal às seguintes entidades:

- ARCIAL – Associação de Recuperação de Crianças Inadaptadas de Oliveira do Hospital.
- Sr. António Manuel Pereira Marques
- Sr. Fernando Melo de Sousa

VI – Apreciação e votação, nos termos do nº 1 do artigo 19º do Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de Janeiro, da proposta da Carta Educativa do Município de Oliveira do Hospital.

Seguidamente, foi submetida à votação a acta da sessão ordinária de 29 de Junho de 2007, tendo sido aprovada por maioria, com dois votos contra e três abstenções.

Em relação à votação da acta, foi dada a palavra ao Sr. Carlos Mendes que fez a seguinte declaração de voto:

“Pela primeira vez, se calhar, eu votei contra uma acta, ao longo destes anos todos. Mas não podia deixar passar em claro a falta, na página vinte e dois, em que houve alguma agitação aqui dentro. Não queria deixar passar, sem dizer que esta acta, devia dizer, no primeiro parágrafo, além de: “alguns membros da Assembleia Municipal pediram a palavra, tendo o Sr. Carlos Rocha informado que a Mesa já tinha deliberado que, depois do Sr. Presidente da Câmara, não haveria lugar a mais intervenções no período antes da Ordem do Dia”, de que eu ausentei-me nessa altura, precisamente contra as palavras e a maneira que o Sr. Presidente da Câmara se virou para esta Assembleia. Portanto, sai indignado, pela maneira e pelas palavras de que ouvi.

Claro que, não estando presente, não ouvi depois a fase de desculpas em relação aquilo que o Sr.



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presidente da Câmara disse. Mas o Sr. Presidente disse isto: “É evidente que, quando eu estou a falar em termos de inimigos, neste contexto são adversários, necessariamente. Não estou a colocar o papel naquele inimigo que – usando uma expressão forte – anda de arma na mão à minha procura para me abater.”

Eu acho que devia ter ficado nesta acta que eu abandonei a Assembleia Municipal por indignação consoante as palavras ditas pelo Sr. Presidente da Câmara.

Claro, isto foi dito aqui dentro e eu, como não tenho nem nunca tive inimigos, tudo aquilo que se passou a partir desse momento, acabou.”

Depois, tomou a palavra o Sr. Eng.º Carlos Maia para fazer a seguinte declaração de voto:

“Aquilo que me levou a votar contra e que não vem referido na acta (se o Sr. Rocha está recordado), é que eu, efectivamente, ausentei-me da Assembleia (pela primeira vez e espero que seja a última) exactamente por uma razão muito simples: quando o Sr. Presidente da Câmara estava no pleno uso do seu tempo e da sua palavra, eu fiz-lhe sinal que precisava de fazer uma intervenção e o Sr. Carlos Rocha disse que sim, que a faria a seguir.

Não entendi muito bem isto: que, efectivamente, a Mesa – que eu sinceramente não me apercebi, nem seguramente ninguém nesta sala se apercebeu – tenha deliberado ou tenha havido qualquer deliberação da Mesa. Isto foi dito em cima da hora. Depois, quando eu pedi a palavra, como o Sr. me tinha dito que sim, pura e simplesmente, não ma concedeu.

Saí indignado porque não estou habituado, porque tem acontecido aqui inúmeras vezes situações destas e nunca aconteceu uma coisa destas. É só por isso, que voto contra esta acta, porque não há referência a isso nesta acta.”

Seguidamente, o Sr. Carlos Rocha esclareceu que, na acta, foi feita referência à saída do Sr. António Lopes da sessão porque ele fez uma intervenção sobre os motivos pelos quais se iria ausentar, o que não aconteceu com as saídas do Sr. Carlos Mendes e do Sr. Eng.º Carlos Maia. No entanto, concluiu, se era da vontade destes membros da Assembleia que constasse em acta que saíram durante a sessão pelos motivos atrás indicados, não via inconveniente em que esta sofresse as alterações em causa.

Seguidamente, interveio o Sr. António dos Santos Lopes, que fez a seguinte declaração:

“Não tinha intenção de me justificar. Normalmente, o que faço, faço pensado e reflectido e, como tal, não costumo justificar os meus actos.

De qualquer forma, eu tomei a atitude que tomei, porque, efectivamente, em política não há inimigos, há adversários, pese o facto de eu ter informações seguras que sou tratado por responsáveis desta Câmara Municipal, aí fora, como inimigo. Não me faz grande diferença.

Quero também dizer que, à entrada desta Assembleia, tentei cumprimentar o Sr. Vice-Presidente, que não me respondeu. Está no seu direito e não me faz diferença nenhuma. Mas é bom que se comece a saber aqui quem é quem e os comportamentos, porque, de facto, conversa leva-a o tempo e contra factos não há argumentos.

E a minha indignação veio porquanto, como todos nós sabemos, o Sr. Presidente da Câmara é, de profissão, um professor, foi director da escola e disse que aqui que tinha lá no gabinete um quadro a desejar longa vida aos inimigos. E eu digo: se esta é a pedagogia de um director de escola, começo a compreender a educação da nossa juventude.”

Em seguida, depois do Sr. Carlos Rocha ter dado conhecimento da correspondência recebida, entrou-se no período Antes da Ordem do Dia, tendo sido feitas as inscrições para as respectivas intervenções.

Foi, então, dada a palavra ao Sr. Prof. Francisco Borges Garcia, que fez a seguinte intervenção:



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

“Dizia Raúl Brandão que as nossas responsabilidades crescem na medida das nossas possibilidades, da nossa cultura, da nossa inteligência e dos lugares que ocupamos.

Comungo absolutamente deste conceito em toda a sua profundidade. E é exactamente por esse motivo que me sinto estupefacto, ao ter lido no jornal “Folha do Centro” uma frase atribuída ao Presidente da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, onde ele afirma, numa carta escrita ao Chefe da Casa Civil do Presidente da República, que “continua a ser o Presidente da Assembleia Municipal, embora com muita paciência, pois às vezes não é fácil lidar com pessoas de duvidosa honestidade política...”

É com enorme tristeza que constato que o Presidente desta Assembleia Municipal, nesta lamentável e dogmática exteriorização, permite-se afastar-se daquela que deve ser uma posição pedagógica, isenta e responsável e, numa atitude de negação, quer cultural, quer da que deve ser a sua função enquanto Presidente, desata a “carimbar” de desonesta, gente que está aqui, como ele, legitimada democraticamente através do voto popular.

O Presidente desta Assembleia Municipal, nem sequer deixa margem para se perceber se a desonestidade atinge todos os elementos à excepção dele próprio, ou se se permitiu analisá-lo um-a-um, classificando os honestos e os que o não são, utilizando um critério que me parece ser de duvidosa honestidade política, pouco saudável eticamente e em contradição total com aquela que deve ser a posição de um Presidente da Assembleia: geradora de combate aos conflitos extremados e manutenção da vivacidade da discussão de forma tanto quanto possível fraterna, prioritariamente em torno dos problemas do concelho.

Porque a política é, na minha perspectiva, a coisa mais nobre que há, penso que devemos movimentar-nos dentro dela de forma civilizada, clara e frontal e assim, para que o Presidente da Assembleia Municipal possa reunir condições para continuar a desempenhar as suas funções, deverá apresentar desculpas ao órgão máximo autárquico concelhio, pelo que disse na carta que escreveu ao Chefe da Casa Civil do Presidente da República.

De mim, terá a compreensão própria de quem sabe que qualquer pessoa pode falhar, embora de algumas, devido às suas responsabilidades e aos lugares que ocupam, espera-se mais o exemplo do que a fama.”

Seguidamente, o Sr. Dr. Simões Saraiva fez a seguinte intervenção:

“Aquilo que eu disse, não o nego. Aquilo que eu disse, muitas vezes o penso. Aquilo que eu disse, disse-o dentro de uma carta fechada, sem que essa carta alguma vez eu pensasse que fugisse ao código habitual de se conservar, em silêncio, aquilo que nós todos transmitimos para não ser divulgado.

Sobre aquilo que foi divulgado, deverão ser pedidas responsabilidades a quem o divulgou. Agora, aquilo que eu escrevo numa carta sobre aquilo que eu penso... Sou livre e, democraticamente, tenho o direito de pensar e de dizer aquilo que me vai na alma. E não é neste momento, com esta idade, que ninguém me obriga a faltar à verdade e a dizer aquilo que não sinto.

Disse, está dito. Vão procurar, efectivamente, qualquer coisa menos certa a quem deixou passar para fora aquilo que não devia ser passado.

Por mim, este assunto está perfeitamente encerrado.”

Sobre esta questão, interveio ainda o Sr. Prof. Francisco Garcia:

“Queria apenas dizer que estou firmemente convencido da veracidade daquilo que vou dizer: em política, particularmente em política, não se pode dizer hoje o que não se pode dizer amanhã, não se pode escrever hoje o que não se pode escrever amanhã.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Não se pode ocultar uma afirmação que, no fundo, é proferida pelo responsável máximo de um concelho. É o número um, em termos autárquicos; é o Presidente da Assembleia Municipal, é um Homem tido, pretensamente, como um Homem da cultura; é um Homem tido, pretensamente, com responsabilidades religiosas; é um Homem de quem toda a gente espera tudo menos isto.”

Foi, depois, dada a palavra ao Sr. Eng<sup>o</sup> Carlos Maia:

“Em primeiro lugar, queria apresentar um voto de pesar para uma pessoa amiga pessoal e penso que amiga de muita gente que está aqui na sala, inclusivamente.

Penso que muita gente o admirava e respeitava, não só enquanto profissional que foi, mas como autarca que também foi e que brilhantemente defendeu os destinos da sua freguesia. Adianto mesmo: por vezes não muito bem interpretado nem a sua acção por vezes tão bem acolhida ou reconhecida, por parte de algumas pessoas dentro do executivo camarário.

Estou a referir-me ao Sr. António Saraiva Lopes, mais conhecido por “Valério”. Todos nós conhecíamos o tipo de pessoa que ele era.

É um voto de pesar que eu proponho à Assembleia Municipal e que seja dado a conhecer à respectiva Família.

Também tinha duas chamadas de atenção. Uma delas tem a ver com casos relativos às empresas a quem foram adjudicados os trabalhos de águas, cuja responsabilidade é das Águas do Zêzere e Côa. Estou a referir-me concretamente a Ervedal da Beira, onde o trabalho é muito mau. A reposição de calçadas em granito é mal feita. As ruas ficam mais desniveladas do que estavam anteriormente. Dois casos concretos onde não foram feitas as repavimentações são o Largo Coronel Osório Cruz e a Rua do Lameiro, em Ervedal da Beira.

Quanto a uma afirmação, que foi dada aqui, pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, pelo que eu fui indagar ao local e junto dos responsáveis – autarcas locais –, não se passa qualquer roubo de pedra nas Palheiras dos Fiais.

O que acontece é que por vezes de algumas obras que os particulares fazem em suas casas, há quem vá levar, por vezes, alguma pedra de sobras, junto à palheira dos Fiais. Eventualmente, isso pode ter sido mal interpretado.

É bom que isto seja repostos porque, de acordo com o que me foi dito pelos autarcas locais e pelo que constatei junto ao local, não me apercebi que faltassem pedras ou que estas andassem a ser roubadas.”

Seguidamente, o Sr. Dr. Simões Saraiva fez a seguinte intervenção:

“Eu agradeço a informação, muito sinceramente, porque aquilo que eu vi, deu-me a ideia, exactamente, que estavam a levar pedras. Posso ter-me enganado. De qualquer modo dá-me muita tranquilidade e, dado que está aqui o representante da autarquia, dos Fiais, peço-lhe particularmente a ele para estar atento e vigilante, relativamente às Palheiras.

As Palheiras dos Fiais são um monumento raro, não só distrito e no concelho, mas no país. Por isso é muito importante toda a atenção, tomando em consideração que ninguém leve uma pedra de qualquer palheira.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. António dos Santos Lopes, que começou por fazer a seguinte recomendação:

“A Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, declara, que no seu entender é necessário construir as novas instalações da ESTGOH – Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital – a curto prazo, nos terrenos que a Câmara Municipal adquiriu para esse efeito, na freguesia de Oliveira do Hospital.

Esta é uma das melhores formas de consolidar e promover esta instituição, enquanto património



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da cidade, do município e da região.

Mais declara, que em primeiro lugar ao Governo compete concretizar este projecto de forma condigna e expedita, pelo que apela para a inclusão, de alguma forma, das verbas necessárias do Orçamento de Estado para 2008.

Ao mesmo tempo, a Assembleia Municipal exorta os órgãos autárquicos e todos os autarcas, sem excepção, no sentido de se empenharem a fundo na concretização destes objectivos.”

Em seguida, foi posta à votação a proposta de voto de pesar pelo falecimento do Sr. António Saraiva Lopes, subscrita pelo Sr. Eng.º Carlos Maia, tendo sido aprovada por unanimidade.

Seguidamente, a Mesa colocou a proposta de recomendação apresentada pelo Sr. António dos Santos Lopes à votação, tendo sido aprovada por maioria, com sete votos contra e onze abstenções.

Depois, o Sr. António dos Santos Lopes retomou a palavra:

“Já hoje aqui ouvi dizer que estávamos com uma Câmara modelo e um Concelho modelo, e de facto penso que sim e estou de acordo com isso.

Apetecia-me, fazer uma intervenção de improviso depois do que li, hoje, no Jornal “Folha do Centro”... Mas como o meu partido tem oitenta e seis anos e eu tenho a responsabilidade de o representar, vou ler um discurso escrito que aqui tenho, porventura não menos acutilante, sobre o que penso do actual momento do concelho:

Quero informar esta Assembleia que, como já é público, apresentei queixa ao Ministério Público, contra a Câmara Municipal, devido às sucessivas faltas de resposta aos meus requerimentos e pedidos de esclarecimento aos actos de fiscalização que, no exercício dos poderes que a lei a todos nos confere, tenho entendido por bem solicitar.

A menos que, hoje aqui, tenha uma resposta cabal a um requerimento sobre a ACIBEIRA, que apresentei no dia 18 de Junho e reapresentei em 17 de Julho e em 23 de Agosto, voltarei a apresentar queixa ao Ministério Público no decurso da próxima semana. No entender da Câmara, somos nós, órgão fiscalizador, que temos de justificar os pedidos e não ela que tem que nos prestar os esclarecimentos.

Pedimos uma planta actualizada dos terrenos da ACIBEIRA, e perguntámos porque não toma a Câmara posse das instalações onde funcionou aquela associação, património que em nosso entender tem um valor superior a 500.000,00 €. Se ninguém der, eu dou. Até agora, obtivemos a resposta de que nada mais havia a dizer, além do que já havia sido dito nesta Assembleia Municipal. Foi-nos enviada uma planta com mais de uma dezena de anos que não contempla a implantação das actuais instalações. Sabendo-se que pairam insinuações sobre a utilização indevida de parte destes terrenos, não percebemos a quem interessa a dúvida. Desde que somos membros desta assembleia, nunca o assunto foi aqui discutido. Perguntamos qual é a dificuldade em fornecer uma planta actualizada e dar o ponto da situação em que se encontra esta infraestrutura.

É o próprio ex-Presidente, Carlos Portugal, que dizia, em 1998, que se a ACIBEIRA se desviasse um milímetro, accionava a cláusula de Reversão. O que é que se passa, perguntamos nós? Nove anos depois o abandono está lá, e a cláusula de reversão, que nós saibamos, não foi accionada. Fizemos três requerimentos e ainda não fomos devidamente esclarecidos.

Como já aqui disse, a nossa capacidade de intervenção não se esgota nesta Assembleia. Mais uma vez quero solicitar à mesa, solenemente, que sejam repostos os princípios democráticos que aqui se praticavam, e que no último ano, progressivamente, vão sendo sonogados.

Não será pela minha demissão cívica e muito menos com o meu apoio que a incultura



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

democrática se instalará nesta Assembleia. Trata-se, a nosso ver, de um assunto da maior gravidade que começou nesta Assembleia e já se propagou para o Executivo.

Com grande estranheza e perplexidade minhas, já hoje li num jornal da cidade que impera o medo neste concelho. Mais perplexo fiquei porque é o partido responsável pela governação e os seus dois principais dirigentes que fazem estas afirmações.

Estando nesta Assembleia as pessoas que têm a responsabilidade pela governação da quase totalidade do concelho, eu espero que haja aqui alguém que, em nome da liberdade, da transparência e da legalidade, me esclareça a mim e ao concelho, o que é que isto quer dizer. É que, vindo a queixa do partido maioritário e responsável pela governação não vá por aí pensar-se que o PCP que aqui represento está de novo a “a comer as criancinhas”, “dar injeções atrás da orelha dos velhos” e “a roubar as terras apesar delas já não darem nada”. O assunto só pode ser tratado com ironia. Com efeito, como pode o PSD “Bom”, partido maioritariamente sufragado no acto eleitoral e que serve de suporte político ao PSD “Mau” fazer este tipo de afirmações sem lhe retirar a confiança política? Quanto ao PSD, acusado de semear o medo, a discriminação, a selectividade e de seleccionar as pessoas nos empregos, é conhecida a minha posição de que não tem legitimidade para governar, uma vez que quem se apresentou ao acto eleitoral foi a sigla e a bandeira do PSD, razão pela qual em tempo oportuno manifestámos a nossa opinião de que o poder neste concelho se encontra usurpado. Ainda assim, quero pensar que estou a falar para homens livres, pese o facto de saber que, dos muitos problemas por resolver neste concelho, nunca os vi levantar a voz nesta tribuna onde esses problemas devem ser debatidos para serem solucionados.

Já alguém disse que, quem troca a liberdade pela segurança, perde as duas. (Benjamim Franklin e Theodore Roosevelt). A esta Assembleia e para que a história não nos julgue como capitulacionistas, que não pugnam pela defesa das liberdades, aqui quero deixar este apelo e responsabilização, independentemente da função e do partido que cada um aqui representa.

Mais quero informar esta Assembleia que tive o privilégio de ser ouvido, como arguido, por queixa da EPTOLIVA, como também quero informar que já fui ouvido pela Policia Judiciária no âmbito da queixa por mim apresentada contra a Câmara Municipal.

Consta-me que, mesmo dizendo-se que não há nenhuma ilegalidade, parece que anda por aí muita gente nervosa e com comportamentos estranhíssimos. Já hoje acabei por ter mais umas provas. Penso que interessa manter a calma, pois ainda só estamos no princípio dos processos. Como aqui disse em Dezembro passado, a seu tempo se verá quem são os corruptos e os outros.

Ainda quanto à EPTOLIVA, à transparência e à honestidade, aconselho que elas de facto sejam uma prática constante, pois foi-me enviada mais uma carta onde se diz que acabam de ser admitidas as pessoas com menor currículo académico e experiência profissional num processo em tudo muito pouco transparente. Obviamente que não deixarei de fazer chegar a carta às autoridades competentes, uma vez que quanto a esclarecimentos de quem de direito, “já estamos esclarecidos”.

Não quero terminar sem uma palavra à “rotundinite” e à “homenagem” aos empresários.

Os empresários deste concelho, sabem muito bem o que a Câmara pensa deles. De resto, se já se deram ao cuidado de reparar nos ditos empresários, verificarão que eles não têm mãos, o que me leva a pensar que é para não terem a possibilidade de fazerem aquilo de que são acusados. Não sei se o que está ali é uma homenagem ao empresário ou se às sociedades anónimas grandes, que como tal costumam ter cinco ou mais elementos no Conselho de Administração. Considerando a dimensão das empresas do concelho, admitimos que se trate de um Conselho de Administração



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pequeno, mais o Presidente da Assembleia-Geral e o Fiscal único.

O que sei, é que nas “virgens” da Bobadela e nos “administradores” da rotunda da IRAL, gastou-se o suficiente para resolver o saneamento básico e abastecimento de água às freguesias do Seixo da Beira e de Lourosa, bastante mais necessário e útil que as obras sumptuosas, com que o “regime” se quer perpetuar.

Continuo a dizer à mesa que não tenho resposta aos seguintes requerimentos:

Lista de pessoal do Município: requerida em 25-01-2007

EPTOLIVA: requerida em 14-02-2007

Homenagem a Fernando Lopes Graça: aprovada a 27-09-2006

Observatório do Ambiente: aprovada em 27-09-2006

ACIBEIRA: requerida em 18.JUN.2007, 17.JUL.2007 e 23.AGO.2007.”

Seguidamente, o Sr. Raúl Dinis, Presidente da Junta de Freguesia de Lagares da Beira, pediu a palavra para fazer a seguinte declaração de voto:

“Eu abstive-me na votação da recomendação sobre a construção da ESTGOH, não porque seja contra a construção – antes pelo contrário – mas porque não concordo com o local em causa. Tive que abster-me porque pode existir mais do que um local para a construção da Escola.

Já foram aqui aventadas várias hipóteses. Uma delas é, efectivamente, o terreno que foi adquirido pelo Município, mas tem a ressalva de poder ser utilizado para outro fim. Mas também há a hipótese da ACIBEIRA, em Lagares, que também poderá servir para as novas instalações da ESTGOH.

Portanto, eu abstive-me, não por causa da construção da Escola mas relativamente ao facto da recomendação só fazer referência a um local.”

Tomou, depois, a palavra o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves:

“Prescindo de algumas coisas que tinha para falar, nomeadamente sobre o monumento ao empresário e outras questões recentes do concelho, porque me parece que houve aqui um equívoco. E eu já sou acusado de defender valores, como se isso fosse um mal... O acontecimento que se passou aqui hoje ainda me confundiu um pouco mais.

Disse-se aqui que não é grave aquilo que foi escrito. E, com todo o respeito que eu tenho pelo Sr. Presidente da Assembleia, tenho que fazer esta referência. Não é grave aquilo que foi escrito mas é grave o ter sido difundido. Eu não sei se ouvi bem mas, se ouvi bem, “foi pior a emenda que o soneto”, porque acabou por julgar quem difundiu, não se penitenciando daquilo que fez. Creio que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal podia ter feito muito mais. E eu pergunto: não se assume aquilo que se escreve? Pretende-se esconder o que se escreve, condenando-se quem difunde.

Isto tem um nome que, apesar do acontecimento, não associo a V. Exa.. Mas o acto fica.”

Em seguida, interveio o Sr. Prof. João Dinis:

“Vou começar por referir, com agrado, o sentido da votação da recomendação sobre a ESTGOH e assinalar que houve hoje, aqui, membros desta Assembleia que, sendo do partido do Governo – e isto sendo uma recomendação que é, em especial, “recomendada” ao Governo –, tenham votado a favor. Actos dessa natureza dignificam quem os pratica e a Assembleia Municipal. Por outro lado, a minha grande estupefacção por haver outros membros da Assembleia que votam contra coisas deste tipo. Desculpem que vos diga, mas os Senhores não sabem o que andam aqui a fazer. Há tempos, a Câmara – porque teve que o fazer –, promoveu uma reunião com “forças vivas” do concelho e o assunto estratégico mais referenciado por todos foi a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital. E, nesta Assembleia, há quem vote contra. Tenho



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que perguntar: o que é que alguns dos Senhores andam aqui a fazer? Quando se diz “deixo a camisola partidária à porta”, é conversa, porque os Senhores, com os actos, provam exactamente o contrário. Assim, não nos dignificamos.

E, depois, vem um Presidente da Assembleia Municipal escrever cartas como a que hoje eu, lamentavelmente, aqui tive conhecimento. Eu não me revejo nessa carta, Sr. Presidente. Eu não me revejo e repudio inequivocamente aquilo que o Senhor escreveu e muito menos quem o divulgou. Que fique claro.

Em relação assuntos mais concretos: nós precisamos de ecopontos maiores. Não se justifica ecopontos com entradas tão pequenas, que estavam bons para as escolas poderem praticar ensino às crianças sobre formas de reciclagem de lixo. Uma das coisas que me parece absolutamente indispensável, higiénico e salutar, é que se pusessem ecopontos maiores, como já há alguns. Aliás, até já há freguesias que têm ecopontos subterrâneos. Outras muito longe disto estão. Estamos aqui, um dia destes, a cavar assimetrias entre as freguesias das zonas mais urbanas e as freguesias da periferia. As pessoas da minha freguesia não têm culpa de ter nascido e vivido em Vila Franca.

Um outro assunto é a questão do kit florestal. Como é sabido, algumas juntas do concelho – a minha também – candidataram-se ao financiamento para a aquisição de um kit de primeira intervenção nos incêndios, que precisa de um atrelado. Agora, é condição imposta pela DGAL que haja formação a quem for manipular o equipamento. O Gabinete Técnico Florestal da Câmara forneceu às juntas – pelo menos à minha – um plano de formação. Agora é necessário que se operacionalize esse plano, sob pena de não se poder comprar o kit. O kit vale o que vale, mas necessita do atrelado. Lamentavelmente, não é elegível. Portanto, o tecto máximo de oito mil euros elegíveis não prevê um atrelado. É essa situação que é preciso resolver, pelo que se deixa o apelo.

Registou-se, algumas vezes, uma deficiente manutenção da ETAR que serve Vila Franca da Beira e Aldeia Formosa. Ainda recentemente os tanques encheram e drenou directamente para a linha de água. Portanto, a manutenção das ETAR's é uma questão da maior importância.

A Câmara Municipal – e que fique claro e eu vou falar isto com toda a clareza, para que não haja dúvidas – tem investido dinheiro municipal na animação de praias fluviais, da cidade, de freguesias, aqui da zona urbana. Eu acho que isso é algo que tem sido bem feito e que as populações de todo o concelho, e não só, podem usufruir deslocando para esses locais. O que se passa não é o que está a ser feito mas o que não é feito. E, daqui a bocado, a minha freguesia – aqui deste lado – e outras freguesias, correm o risco de não terem o mesmo direito que têm as freguesias da zona urbana, as populações e as juntas de freguesia do Vale do Alva. Assim, pode cair-se, de facto, naquilo a que dirigentes e responsáveis do PSD, e não só, dizem que é discriminação de freguesias por causa de serem opositores partidários do Presidente da Câmara. Estas são declarações mais uma vez repetidas e publicadas expressamente para virem a público, por parte do actual Presidente da Comissão Concelhia do PSD de Oliveira do Hospital. E a Câmara corre o risco de provar que isto é verdade, se assim continuar. Portanto, eu faço um apelo para que no futuro se comece a encarar que, do lado da Cordinha, também é concelho de Oliveira do Hospital, nesta matéria de animação de Verão e das actividades culturais, recreativas e outras, mais do que aquilo que está a ser feito e nem tanto como aquilo que está a ser feito noutras zonas.

Foi feita uma obra importante de recuperação, alargamento e arranjo de caminhos agro-florestais, mas é necessário que a moto-niveladora volte para terminar alguns trabalhos que não



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

foram feitos (abertura e drenagem de água).

Estão a ser feitas obras de manutenção na ESTGOH. Quem é que as está a pagar? É a Câmara Municipal? Isto é uma pergunta e é para eu ser esclarecido, na medida do possível.

E voltava a um assunto: de facto, de há uns anos a esta parte, usando o Presidente da Câmara das prerrogativas legais que tem nessa matéria, está a configurar-se uma situação, a nosso ver, que dá nisto: está a ser encomendado trabalho ao mesmo artista. A continuar assim, vamos provar e, lamentavelmente, comprovar, que estamos a cair no artista único e numa estética padronizada e de regime. Isto, em termos da criação, da afirmação artística e dos artistas, é um autêntico crime. Isto é intolerável, seja onde fôr. Não sei se isto vai continuar ou não. Se isto continuar, mais à frente eu vou perguntar aqui, directamente ao Sr. Presidente da Câmara se, para além das estéticas, para além das homenagens, o que é que mais pode justificar que o serviço seja sempre encomendado ao mesmo artista.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Rui Abrantes, que fez a seguinte intervenção:

“Gostava de fazer referência a alguns eventos que decorreram durante os meses de Julho e Agosto e que de uma forma positiva contribuíram, mais uma vez, para trazer animação à nossa cidade e ao nosso concelho.

Numa altura, que por si só, devido ao êxodo normal dos munícipes para férias, é um período com pouca dinâmica, o executivo municipal, de forma directa, organizando um elevado número de actividades, e de forma indirecta, apoiando associações e colectividades nas mais variadas freguesias do concelho, conseguiu proporcionar a todos aqueles que cá ficaram e aos que nos visitaram, momentos lúdicos e de recreio.

A animação das Praias Fluviais, sem dúvida uma daquelas actividades que se deve manter. Ao longo de dois meses levou às margens dos Rios Alva e Alvôco um sem número de atracções que foram capazes de mobilizar centenas de pessoas.

O cartaz “Oliveira convida à Festa”, cinco noites de animação em que filarmónicas, ranchos folclóricos, tunas e grupos de cantares do nosso concelho puderam vir a um palco extraordinário que é o Parque do Mandanelho mostrar o trabalho que vão desenvolvendo ao longo do ano.

Também na Bobadela foram várias as iniciativas desenvolvidas em colaboração com a Junta de Freguesia e que proporcionaram a todos aqueles que lá se deslocaram magníficos espectáculos num espaço que só por si já é um espectáculo.

Semana da Juventude, um êxito.

Depois de, no ano passado, lhe ter sido dado um novo formato, sem dúvida que com a realização deste ano ficou devidamente cimentada como uma referência no calendário de actividades do município.

Desde a Mostra de Música Moderna ao concerto dos Da Weasel, que proporcionou uma das maiores enchentes do Parque do Mandanelho, ao cinema ao ar livre, o torneio de Fut-Sal Carlos Martins, o torneio de Basket 3X3 e a novidade do cartaz o I Down Town Nocturno Cidade D’Oliveira, todas estas actividades envolveram a cidade e um número considerável de participantes.

Permitam-me destacar o I Down Town Nocturno, não por ter sido realizado com a colaboração do Clube Seita, mas porque já há muitos anos que não assistíamos à realização de uma actividade que mobilizasse tanto público e espalhado por toda a cidade.

Só quem andasse muito distraído, como me parece que aconteceu com alguma comunicação social, pode ficar indiferente a um evento que teve uma envolvimento tal que, sem dúvida, deve ser repetido no próximo ano, quem sabe fazendo parte do campeonato nacional.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Para terminar queria fazer uma última referência, também esta uma iniciativa com créditos já firmados. Refiro-me ao Programa Férias Ocupadas.

Sempre em crescendo de uns anos para os outros, neste Verão durante os meses de Julho e Agosto envolveu cerca de 330 jovens com idade entre os 12 e os 20 anos, distribuídos por 48 entidades.

Também aqui a Câmara Municipal completa, de forma significativa, o papel do Estado no que diz respeito à política de ocupação juvenil, para que estes jovens possam contribuir com o seu empenho e dedicação para o desenvolvimento das mais diversas actividades.

Estou confiante que é um programa para crescer, assim apareçam mais entidades e mais jovens interessados. Com certeza que a Câmara Municipal estará disponível para apoiar.”

Depois, tomou a palavra o Sr. Engº Carlos Inácio, que fez a seguinte intervenção:

“Queria fazer algumas referências. Uma diz respeito ao monumento ao empresário. Estive lá, com um grupo de pessoas que aqui estão. A única questão que coloco, talvez no meu simples desconhecimento, é: onde estavam os empresários de Oliveira do Hospital na inauguração do monumento ao empresário? Provavelmente é desconhecimento meu porque não conheço os empresários todos de Oliveira do Hospital, mas também não sei se não será um problema de ligação entre a Câmara e os empresários e entre os empresários e a Câmara.

Ainda em relação ao monumento queria referir que já tive a oportunidade de passar várias vezes ao pé da rotunda, quer a pé, quer de carro, e fico chocado com a dimensão do monumento. Não ponho em causa se é bonito ou não, como também já aqui foi dito, pois depende do gosto de cada um. Também não ponho em causa quem foi o artista que o concebeu. A única questão que deixava aqui é esta: quando se fizer a instalação de um monumento deste tipo, talvez fosse necessário um enquadramento arquitectónico, feito por alguém que percebesse de espaços urbanísticos e ambientais. Deixava esta sugestão.

De realçar que também nesse dia tivemos um bom momento.

Quando nós, da minha bancada, vamos dizer algumas coisas negativas, tem a ver com necessidades que vemos para o concelho evoluir e melhorar. Assisti ao colega da bancada do PSD fazer uma série de elogios e de certeza que em Oliveira do Hospital se passa muita coisa boa, mas haveria muitas coisas mais que se poderiam passar aqui.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Queria dizer que, efectivamente, já tenho muitos anos disto e já estou habituado ao que entendo apelidar de “devaneios políticos”. Na política, cada um pode dizer e deve dizer o que pensa e, por isso, qualquer um pode derivar para onde quiser. É evidente que alguns pensam que, com determinadas questões que levantam, que lhes vou responder. Não respondo, porque não tenho que responder. Não sou obrigado a responder a determinado tipo de questões que aqui são formuladas. Estou no meu direito e exerço esse direito, que me assiste na minha qualidade de eleito e de Presidente da Câmara.

Queria, no entanto, dizer que me associo ao voto de pesar pelo falecimento do António Saraiva Lopes e afirmar que, contrariamente ao que alguns pensam, tinha uma boa relação de amizade com ele. E estou à vontade para falar nisso.

O Sr. Engº Carlos Maia levantou a questão da reposição de calçada no Ervedal por parte da empresa a quem foi adjudicada a obra da construção da adutora. Já foram chamados à atenção por mais do que uma vez, depois de eu ter mandado os serviços técnicos verificar se a reposição estava bem feita. Na próxima segunda-feira terei a oportunidade de, mais uma vez, mandar os



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

serviços fazer essa verificação porque a empresa é paga para fazer bem o trabalho. Mas também gostaria de lembrar que, infelizmente, cada vez que se abre uma vala, dificilmente o piso fica certo, nomeadamente na calçada, onde esse trabalho se torna mais complicado do que nos pisos betuminosos. Portanto, é normal isto acontecer. Há situações em que até deixam a calçada ligeiramente mais alta, a contar com o abatimento que vai sofrer. Sabemos, então, que, numa situação destas, não é fácil manter o piso como estava anteriormente. Sobre a questão da Rua do Lameiro e do Largo Coronel Osório, também irei ter a oportunidade de mandar verificar a situação.

Quanto à questão das Palheiras dos Fiais, congratulo-me que não tenha havido qualquer desvio de pedras porque são um marco importante no concelho de Oliveira do Hospital. Já foram alvo de uma candidatura a fundos comunitários, em 1991, ao abrigo da qual foram realizadas algumas obras. É, pois, importante que as Palheiras estejam devidamente conservadas.

Queria dizer ao Sr. Presidente da Junta de Vila Franca que também ele pode tecer os juízos de valor que entender. Eu já disse, por mais do que uma vez, que não estou aqui a governar com o programa de ninguém. Estou a governar com o nosso programa, com aquilo que são as nossas ideias, com o que nós entendemos que deve ser o caminho a seguir em Oliveira do Hospital. E tanto faz o Sr. Presidente da Junta vir à tribuna dizer isto ou aquilo, como nada, que eu não vou mudar o meu caminho por força daquilo que diz nesta Assembleia. Portanto, quero dizer-lhe que essa questão dos kit's é um erro. Não há subsídios da Câmara para comprar atrelados. Se o Governo queria proporcionar uma adequada política de vigilância e de ataque aos fogos, tinha pensado numa solução que incluísse o kit e a respectiva viatura. Isso é que teria sido uma política correcta. Portanto, eu não estou aqui para pactuar com políticas que eu considero desajustadas ao que são as necessidades. Assim, por parte da Câmara, concerteza que não vai ter apoio para aquisição do mencionado atrelado. Já disse isso numa reunião de Câmara e mantenho o que disse.

O Sr. Presidente da Junta de Vila Franca também falou na questão dos ecopontos maiores. Eu gostava de dizer que a política de selecção de resíduos não é para ter um ecoponto em cada esquina. A sua capacidade está dimensionada para o conjunto dos habitantes. Portanto, não é para ter um ecoponto em cada esquina, ao bel-prazer do Presidente da Junta. Pode vir aqui reclamar nesta Assembleia ou noutra até ao final do mandato que, o que vamos fazer, é utilizar a política adequada para esse efeito.

Quanto à questão das obras na ESTGOH, as que foram feitas, foram pagas pela Câmara. E, provavelmente, ainda se vai lá fazer outra intervenção porque o edifício não está adaptado para pessoas com deficiências motoras. Assim, fica já a saber que a Câmara irá, mais uma vez, financiar a execução dessa obra. Lembro ainda que o edifício é do Município e não do Instituto Politécnico de Coimbra, pelo que somos nós que devemos fazer as obras. Poder-se-ia colocar a questão da eventualidade do IPC pagar uma renda ao Município, mas aquele Instituto também já lá fez investimentos avultados. E ainda há uma questão dominante: a ESTGOH é ou não importante para o concelho de Oliveira do Hospital? Então, se a Escola é importante, naquilo que nós podemos ajudar a consubstanciar este projecto, nós devemos intervir. E é isso que a Câmara tem feito. Entendemos que a Escola é importante para o concelho, que pode, efectivamente, ser um dos motores de desenvolvimento do concelho e, como tal, nós apoiamos no que podemos.

Quanto à questão do artista do regime, da estética padronizada, eu não tenho culpa que, às vezes, algumas pessoas – isto sem ofensa para ninguém – não tenham qualquer cultura artística. As pessoas não vêem a arte toda da mesma forma. O Eng<sup>o</sup> Carlos Inácio disse que o monumento tem



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

volume excessivo. Para mim, não tem. É a opinião dele e a minha é diferente. Por isso é que, nesta concepção daquilo que é visto, seja numa escultura, seja quadro, cada um de nós pode ter uma visão e uma interpretação diferente daquilo que lá está.

Mas, já agora que falou no “escultor do regime”, quero dizer-lhe que na próxima terça-feira vou abrir mais umas propostas para fazer uma outra rotunda. E é o mesmo escultor. E quero dizer-lhe que, se o Senhor conseguir detectar mais qualquer coisa, a tal “qualquer coisa” que deixou no ar relativamente à relação com o escultor, faça o favor de avançar. Porque eu acho que esse tipo de afirmações, em democracia podem dizer-se, mas há que ter cuidado ao referi-las. Quero dizer que a minha relação com o escultor é uma relação de trabalho e nada mais que isso. Não tenho mais qualquer relação com o escultor. E também quero dizer-lhe que houve uma exposição urbana na cidade e que cinco dessas esculturas vão ser adquiridas pelo Município, com a concordância de todo o Executivo. Como vê, isto é tudo claro e transparente e não há “escultores do regime” porque as esculturas são todas diferentes e cada uma tem o seu tema específico.

Quanto à questão da ligação entre a Câmara e os empresários, referenciada pelo Eng<sup>o</sup> Carlos Inácio, e o facto de não ter visto muitos empresários no acto da inauguração, quero informar que foi definido, desde o início, que aquela rotunda chamar-se-ia “Rotunda Armindo Lousada” e que seria lá colocado um monumento ao empresário. O que a Câmara fez foi dar corpo a esse projecto. E quero dizer-lhe que muitas pessoas – algumas até sem serem de Oliveira do Hospital – me referiram que gostam do monumento.

O que se verifica é que os que cá estão dizem que isto não cresce, e os que vêm de fora dizem o oposto. Aliás, as Técnicas que estão a fazer o Plano Estratégico do Pinhal Interior Norte afirmam que Oliveira do Hospital é, sem dúvida, o município que mais se salienta entre os que fazem parte desta NUT.

Mas, o que eu vejo, é que há alguns, cá dentro, que não acreditam em Oliveira do Hospital nem no facto da maioria das pessoas em Oliveira do Hospital terem capacidade empreendedora. Isto é que é muito negativo: a falta de crença, a falta de esperança e de confiança no futuro. Acho que o que era importante era que, aqueles que gostam tanto de escrever sobre Oliveira do Hospital, falassem sobre Oliveira do Hospital por aquilo que tem de bom, de importante, pela sua capacidade de atracção a todos os níveis. Não andem sempre a utilizar o mesmo discurso “miserável”, porque é disso que se trata, fazendo crer que aqui nada de bom acontece e que nos concelhos vizinhos é que as coisas são boas.”

Terminada a intervenção do Sr. Presidente, entrou-se no Ponto I da Ordem do Dia – Informação sobre a actividade municipal –, tendo o Sr. Presidente da Câmara Municipal dado conhecimento da realização das seguintes reuniões e participação em eventos:

Dia Reunião/Evento

04.JUL.2007 Abertura do Seminário da « Expo Social »

05.JUL.2007 Reserva Agrícola Nacional em Coimbra

08.JUL.2007 Feira dos Nossos Avós, na Bobadela

12.JUL.2007 Assinatura do Acordo de Colaboração das AEC's

13.JUL.2007 Conselho Municipal da Educação

14.JUL.2007 6º Aniversário do Lar de Avô

18.JUL.2007 WorkShop – Plano Estratégico do Pinhal Interior Norte na Casa da Cultura César de Oliveira

22.JUL.2007 Inauguração do Caminho Alvôco das Várzeas / Alentejo.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- 22.JUL.2007 Inauguração da Liga dos Amigos do Parceiro, Covão, Barroca e Alentejo  
31.JUL.2007 Reunião com o Eng. Lobo Gonçalves – EDP – Parques Eólicos  
06.AGO.2007 Sorteio das jornadas de Caça no Clube de Caça e Pesca  
15.AGO.2007 141º Aniversário da Filarmónica Avoense  
01.SET.2007 Apresentação do livro do Sr. Feliciano da Silva  
05.SET.2007 Ida ao jogo de qualificação para o Campeonato da Europa de Seniores Femininos de Basquetebol (Portugal - Bósnia) no Pavilhão Serafim Marques  
06.SET.2007 Reunião na ANMP em Coimbra – Programas Operacionais do QREN  
14.SET.2007 Recepção na EB 1 de Oliveira do Hospital  
14.SET.2007 Recepção na EB 1 das Seixas  
14.SET.2007 Recepção na EB 1 da Lajeosa  
14.SET.2007 Inauguração da I Mostra de Sabores e Artesanato de Oliveira do Hospital  
18.SET.2007 Reunião com o representante da empresa Oliveiras

Depois, o Sr. Presidente da Câmara Municipal fez o seguinte ponto de situação das diversas candidaturas apresentadas pela Câmara Municipal:

Projecto Ponto de Situação

- Ruínas Romanas de Bobadela – Anfiteatro Romano, Recuperação e Criação de Condições de Visita - Homologada a candidatura apresentada à Medida III.9 do P.O. Centro
- Organização e Gestão de Arquivos - Apresentado o Pedido de Pagamento de Saldo Final – Medida I.6 do P.O. Centro

Seguidamente, entrou-se no Ponto II da Ordem do Dia – Apreciação e votação, nos termos do disposto no nº 4 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, conjugado com a alínea f) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, da proposta da Câmara Municipal para a fixação das Taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis incidentes sobre os prédios urbanos, referenciados nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis.

Sobre este assunto, o Sr. Presidente da Câmara fez a seguinte intervenção:

“Julgo que está tudo esclarecido na nossa proposta. Há aqui um esforço no sentido de provocar uma redução do peso deste imposto nos municípios. Já ouvi que é uma descida irrelevante mas, nos dias que correm, baixar cinco por cento num imposto não é irrelevante. É a descida possível, face ao que é o âmbito das receitas da autarquia.

Nenhuma autarquia realiza obras sem receitas e esta – sendo um receita própria – é muito importante, principalmente quando há três anos que o Estado não atribui qualquer aumento nos fundos transferidos.

Assim, temos que ser cautelosos nesta matéria, para que possamos continuar a trilhar o mesmo caminho: executando obras, pagando-as, de forma a que o futuro do concelho nunca esteja hipotecado. É essa a nossa perspectiva, é essa a nossa teoria e vamos continuar, independentemente daqueles que possam ter uma perspectiva diferente. Enquanto tiver esta responsabilidade, actuarei segundo o que são os meus princípios nesta matéria.”

Seguidamente, interveio o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves:

“No ano passado, quando foi discutida esta questão, eu referi aqui que este imposto vinha a crescer ano após ano, e propus a revisão da taxa. E recordo-me perfeitamente que o Sr. Presidente me respondeu, no seu habitual volume de voz, pretendendo com isso que tem razão



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mas, de facto, o volume de voz não dá razão. Nem o discurso inflamado.

O que é verdade é que a percentagem continua. Por exemplo, entre 2003 e 2004 temos um aumento de 16% no imposto cobrado. Entre 2004 e 2005, um aumento de 10%. E, entre 2005 e 2006, um aumento de 13%. O Sr. Presidente diz que “no presente ano de 2007 não existe aumento no montante dos fundos provenientes do Orçamento de Estado”. É possível que não porque, como sabem, é preciso que também as autarquias se esforcem para tentarmos cumprir o déficit. Mas, se nós virmos todos os impostos – contribuição autárquica, imposto sobre veículos, sisa e IRS – verificamos que houve um aumento de 10% de 2003 para 2004, de 10% entre 2004 e 2005 e de 26% entre 2005 e 2006, que se deveu, essencialmente, à sisa. O que é que isto quer dizer? Quer dizer que, a meu ver, não é verdade que não têm existido aumentos nos fundos provenientes do Orçamento de Estado. Se não existem aumentos neste nível – como eu acabo de demonstrar com elementos tirados do site da Associação de Municípios – existe, pelo menos, aumento ao nível das receitas cobradas.

O que eu peço aqui é transparência nestas coisas. Que não se diga que não há aumentos, quando eles efectivamente existem. Porque, normalmente, como se calcula, grandes teorias são sempre destruídas pelo factos. E os factos dizem-nos que, pelo menos em 2006, houve um aumento dos impostos cobrados. É evidente que o Sr. Presidente pode dizer-me que ainda não tem números de 2007, para continuar a sustentar esta taxa de IMI.

A razão pela qual eu venho aqui é para que todos fiquem a saber que, não obstante se ir diminuir ligeiramente a taxa do IMI, com toda a certeza, a manter-se a dinâmica dos anos anteriores, vai haver um aumento da transferência da receita dos impostos cobrados.”

Foi, depois, dada a palavra ao Sr. Prof. João Dinis:

“Eu, de facto, tenho sempre o hábito de falar “olhos nos olhos” e prezo quem também fala da mesma forma. Não é para dar lições mas também não é para receber. E eu acho que, quando as discussões são francas, normalmente não deixam marcas.

Em relação a este assunto, nós, na CDU, temos por prática e por princípio – e somos coerente com isso – votar com o que estamos de acordo e votar contra aquilo com que não estamos de acordo. E, portanto, numa medida deste tipo, não é difícil votarmos a favor porque estamos de acordo. E nem estamos a questionar muito, embora seja importante o esclarecimento que o Dr. Rodrigues Gonçalves aqui proporcionou. Mas há, de facto, uma descida – e isso assinala-se e regista-se – num momento de grandes dificuldades para os municípios, em resultado das restrições financeiras por causa do famoso déficit.

Já nos esquecemos todos que, afinal, “há mais vida além do déficit”, ou não? E o esforço que está a ser pedido aos portugueses é notável quando os cem mais ricos de Portugal, no ano passado, aumentaram em 35% as respectivas fortunas. Ou quando as companhias seguradoras, no ano de 2006, duplicaram os seus lucros. Ou quando um determinado capitalista ganhou mais de mil milhões de euros numa especulação bolsista, sem pagar um único cêntimo de imposto. De facto, a crise não é para todos. Portanto, deixemo-nos dessa conversa do déficit porque aqui há gente esclarecida. De facto, a crise não é para todos e os municípios estão a ser severamente afectados por uma política fundamentalista, levada a cabo por este Governo.

Sr. Presidente da Câmara: quanto à questão que eu falei há pouco, eu não discuto se o monumento é bonito ou não. Eu não discuto isso. Nem nunca insinuei que o Presidente da Câmara vá receber um cheque da mão do artista. Eu estou convencido que o Presidente da Câmara não “pratica esse futebol”. O Presidente da Câmara sabe que eu estou convicto que o Presidente da Câmara de Oliveira do Hospital não “pratica esse futebol”. Agora, eu, mais à



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

frente, vou perguntar se não há outro artista em Portugal? Oliveira do Hospital não terá um magnífico artista a este nível? E não haverá outros? Porque há-de ser sempre o mesmo? E porque é que a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital – de facto por unanimidade – aprovou a aquisição de estátuas deste artista e quinhentos livros que ele vai editar sobre a sua obra? Há escritores em Oliveira do Hospital a quem a Câmara só compra cem livros. O assunto é realmente sério. Isto tende para um artista único e para uma estética padronizada.

E afinal, há pouco, para quem é que o Sr. Presidente da Câmara estava a falar quando disse que só se dizia mal do concelho? Se ele disser assim: “as culpas pela falta de desenvolvimento do nosso concelho passam também pelos nossos autarcas”. A Câmara não tem um plano estratégico, não vemos esse projecto, não conhecemos. O que vemos é obras avulso, não há políticas definidas nas várias áreas. O que nós vemos hoje é que existe medo e discriminação. Quem afirmou isto foi actual Presidente da Comissão Política Concelhia de Oliveira do Hospital. Esta maioria, desta Câmara, já não é do PSD?”

Seguidamente, interveio o Sr. António dos Santos Lopes:

“De facto, era bom que houvesse respeito pelas normas políticas mas, infelizmente, já nem volto a esse assunto.

Sobre o que está em discussão, obviamente que registamos a diminuição do imposto. Tudo o que seja para beneficiar as populações, nós, naturalmente que estamos de acordo. Mas, como diz o João Dinis, aqui ninguém é ingénuo e também sabemos quais são as taxas que se praticam por aí ao lado. E talvez por causa disso não apareça tanto desenvolvimento. Também sabemos que, hoje, a base de incidência é muito maior. Também sabemos que neste País – e isso não é culpa da Câmara – há um autêntico terrorismo fiscal.

De qualquer forma, para nós é insuficiente. Mas não queremos ser acusados de irresponsabilidade. Apesar de tudo o que se diz, nunca foi essa a atitude. Portanto, há uma redução, é um bem. Mas ter em conta que, para aquilo que, efectivamente, se pratica aqui à volta, estamos a muita distância e seria bom dar esse passo mais arrojado no sentido de nos integrarmos na região, também a este nível.”

Foi ainda dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, que fez a seguinte intervenção:

“Queria responder ao Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves sobre a evolução da receita fiscal do Município. Nós temos três impostos que são os mais importantes no que diz respeito às receitas do Município: o IMI – cuja taxa está hoje em apreço –, o IMT e o Imposto sobre Veículos.

O IMT é um imposto altamente variável porque está dependente das transmissões de imóveis que houver. Houve um ano em que tivemos uma receita extraordinária devido a uma transacção feita pela SONAE que rendeu, na altura, cerca de cento e cinquenta mil contos. Por isso, é um imposto extremamente variável.

O crescimento do Imposto sobre Veículos tem sido residual, não tem sido acentuado. Não sei o que vai acontecer com a entrada em vigor da nova lei: se as receitas vão aumentar ou diminuir.

Quanto ao IMI, o que tem vindo a acontecer, por força das avaliações que têm sido feitas no património, é que tem vindo efectivamente a crescer e nós não negamos isso. No primeiro ano em que foi aplicado o IMI e porque não sabíamos o que ia acontecer, aplicámos a taxa máxima. No ano seguinte, baixámos de 0,8% para 0,7%. No ano passado, mantivemos. E, neste ano, estamos novamente a propor uma redução. Portanto, julgo que, por parte do Executivo, tem havido uma ponderação bastante grande relativamente a esta matéria.

Por outro lado, se não houver receitas, não poderá haver investimentos. Assim, quando fazemos as propostas, temos que ponderar todos estes factores. Esta proposta é uma proposta ponderada.



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Inclusivamente, eu disse, em reunião do Executivo, que, se neste ano de 2007 se verificar que a evolução continuava no mesmo sentido, a proposta que apresentaremos no próximo ano será ainda mais baixa. Julgo, assim, que politicamente estamos a fazer o que está correcto: estamos a pensar, por um lado, naquilo que são as necessidades do concelho e, por outro, no peso que este imposto tem para os munícipes. Assim, as nossas propostas resultam da conjugação destes dois factores.”

Terminada a intervenção do Sr. Presidente da Câmara, foi colocada à votação a proposta da Câmara Municipal para a fixação das Taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis incidentes sobre os prédios urbanos, referenciados nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, tendo sido aprovada por unanimidade.

Seguidamente, entrou-se no Ponto III – Autorização, nos termos da alínea d) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, para a contratação de um empréstimo de longo prazo, de montante até cinco milhões de euros –, tendo o Sr. Presidente da Câmara tomado a palavra:

“Esta proposta de contratação do empréstimo tem a ver com um conjunto de investimentos que é importante fazerem-se.

Eu gostaria de lembrar uma coisa pois muitas pessoas falam e ainda não pensaram: é que a Câmara de Oliveira do Hospital, relativamente a 80% ou mais das Câmaras do País, está a trabalhar em contra-ciclo pois, enquanto as outras não têm capacidade de endividamento e não têm capacidade para a realização de obras, nós estamos a realizar obras e temos capacidade de endividamento. E, assim, partimos para o novo Quadro Comunitário de Apoio com essa vantagem relativamente à maioria dos outros.

Estão enumerados uma série de investimentos que instruem a proposta do empréstimo. Creio que, com o montante que vamos pedir à banca, com o que conseguimos disponibilizar do nosso Orçamento e com os financiamentos do QREN, é possível fazer todos estes investimentos e, porventura, até mais alguns.

Gostaria só de fazer mais uma referência específica: é que a situação financeira da Câmara de Oliveira do Hospital permite contrair um empréstimo com um spread que até os administradores bancários ficam surpreendidos: 0,0287%.”

Sobre este ponto, interveio inicialmente o Sr. Prof. João Dinis:

“Quería recordar que, durante muitos anos, o PSD falava da dívida do César de Oliveira. Na Câmara de Oliveira do Hospital e durante muito tempo, esse argumento serviu, por um lado, para atacar o PS e, por outro, para a Câmara se defender durante o primeiro mandato do Engº Carlos Portugal. Nós sabemos bem disso. Está escrito e documentado. E muita dessa dívida era por causa da estrada entre Oliveira e a Felgueira Velha.

Nós, CDU, e eu até pessoalmente enquanto eleito nesta Assembleia, várias vezes, durante os cinco ou seis anos, disse que a Câmara devia aproveitar a sua capacidade de endividamento para fazer obras que, entretanto, passavam de ano para ano e não eram feitas. Na nossa imaginação, nessa altura, isso representava dois ou três milhões de euros.

O Sr. Presidente da Câmara sempre disse que era ele quem governava a Câmara, que não governava com os programas dos outros... Mas, já agora, eu ainda gostava de ver qual era o programa do PSD pois, que eu saiba, não houve. Haverá, quando muito, o programa mental do Presidente da Câmara que plasma, todos os anos, nos Planos de Actividades da Câmara que são executados a 60%, na média.

Agora, sai um pedido de empréstimo de cinco milhões o que é, de facto, muito dinheiro. Que terá



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

acontecido para que esta Câmara, tão desendividada, de repente passe a estar relativamente bastante endividada? Que terá acontecido? Um empréstimo é, de facto, uma nova dívida. Esta dívida vai ficar por vinte anos. Ficará certamente por mais alguém que nos há-de suceder a todos.

Enquanto isso, tem uma vantagem. E a vantagem objectiva é esta: este empréstimo, esta nova dívida, à partida prevê que seja aplicado em investimentos. E esta é uma vantagem objectiva que ninguém deve ignorar.

Mas, enquanto isso, gasta-se demasiado dinheiro em excessos ornamentais na área urbana da cidade, com rotundas onde são implantados complexos conjuntos escultóricos. Já para não falar nos três milhões de euros do Mandanelho que continua com relva a ter que ser regada à mão...

Enquanto se gasta demasiado dinheiro, repito, demasiado dinheiro em excessos ornamentais na área urbana da cidade, este Presidente de Junta, circunstancialmente Presidente da Junta de Vila Franca da Beira, continua a ter de propor, de insistir e de voltar a insistir para que a Câmara faça e resolva o problema de duas fossas que estão em muito más condições na sua freguesia. Este Presidente circunstancial da Junta de Vila Franca da Beira tem que insistir, sabendo embora que talvez nem seja a Câmara a pagar, que necessita na sua freguesia de um novo depósito para a rede de água pública. E até tem que insistir e voltar a insistir para que a Câmara lhe atribua um subsídio de mil e quinhentos euros para um posto de Internet pública na sua freguesia.

Portanto, não é preciso dizer mais nada.

Há aqui um assunto importante: há dois milhões de euros para uma obra importante e urgente que é a recuperação da estrada entre Oliveira do Hospital e a Felgueira Velha e, muito em especial, até na parte que passa na minha freguesia. E, destes dois milhões de euros, a Câmara já desistiu que o Governo faça aquilo que lhe compete e que participe pelo menos com um milhão de euros? E, com este milhão de euros, também se geram outros investimentos.

Por último, proponho uma recomendação para ser votada e recordo que o Sr. Presidente da Câmara também aqui referiu que, com a aprovação desejável de algumas candidaturas, este empréstimo gere possibilidades de outras obras que não aquelas que estão no cardápio da deliberação da Câmara:

“A PARTIR DO EMPRÉSTIMO DOS 5 MILHÕES DE EUROS:

O pedido de empréstimo fala até, até 5 milhões de euros.

Pois há obras referenciadas na relação já apresentada, cujas candidaturas, se forem aprovadas, vão receber co-financiamento do Estado e da União Europeia.

Portanto, a dada altura, os 5 milhões de euros do novo empréstimo podem gerar mais do que aquilo que é estritamente necessário – enquanto dinheiro municipal – para completar as referidas obras.

Entretanto, também vão continuar a chegar os financiamentos mais normais na Autarquia.

Assim, recomenda-se à Câmara Municipal que aceite reavaliar a situação logo que, repete-se, logo que tenha as boas notícias que se espera venha a ter quanto à aprovação das candidaturas já apresentadas.

Nomeadamente, recomenda-se que a Câmara aceite reprogramar o investimento remanescente e que aceite ponderar e redistribuir investimentos diversos através de protocolos com as Juntas de Freguesia, para que estas também possam executar mais obras por administração directa.”

Dizer ainda e apenas que a Câmara Municipal tem uma capacidade de endividamento até cerca de oito milhões de euros e a Junta de Freguesia de Vila Franca até dois mil euros e a curto prazo. É também uma desproporção.”



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Depois, foi dada a palavra ao Sr. António dos Santos Lopes:

“Naturalmente vamos votar favoravelmente este pedido de empréstimo. Não sem antes fazermos algumas observações e, depois, peço desculpa de os voltar a maçar a reler aqui o primeiro discurso que fiz aqui nesta Assembleia, que nós não andamos aqui só para chatear as pessoas como se quer fazer crer.

Temos a noção da responsabilidade que é estar nesta casa e acho que as pessoas que vivem exclusivamente para isto – o que não é o meu caso –, quando para aqui vêm deviam pensar ao que vêm e deviam ter a noção que estão vinte e uma mil pessoas lá fora que têm muita esperança que lhes resolvam os problemas. Digo isto porque foi dito na altura, no discurso de apresentação, que não havia programa e, depois, dizem-me que não governam com o meu programa. Então, governam com o de quem? Se o PSD não apresenta o programa, governa como? Governa, como eu disse aqui na altura, com navegação à vista, que é o que está a acontecer.

E, portanto, eu disse aqui na altura – e vou reler aqui – que tínhamos o dinheiro a dois por cento e, na altura em que falei aqui, estava a três por cento. O PSD está na Câmara há quinze anos. Já mostrei aqui o programa do PSD. A única obra significativa que se fez foi o Mandanelho e com um desvio de quase 50%, que também diz da programação e da capacidade de programação que por aqui há.

Houve um princípio de mandato, o dinheiro estava mais barato, as necessidades estavam aí para resolver, deixa andar... Entretanto, andou-se aqui a semear ventos – agora até temos vento para as eólicas – e, agora, temos aí muita tempestade. Temos tempestade no PSD, temos tempestade no PS, temos tempestade da CDU. E, entretanto, convém andar por aqui porque sempre se ganha cá mais qualquer coisa do que na actividade profissional. E é só por isso que temos agora aqui um pedido.

Para não prejudicar as populações – porque nós engolimos as tais cassetes e o que dissemos naquela altura dizemos agora – vamos votar favoravelmente. Para não sermos acusados que vamos prejudicar as populações. Mas, atenção, porque aqui não há ingénuos. Lá fora, contam-se umas histórias, fazem-se umas sardinhas e tocam-se uns bombos. Mas eu, quando vim para aqui, sabia ao que vinha. E tenho a noção do que estou aqui a fazer. E acho que é uma desonestidade política vir pedir este empréstimo nesta altura, que mais não é do que para se continuar aqui agarrado aqui à cadeira. E é bom que isto fique clarinho porque aqui, de facto, não há ingénuos.

Posto isto, eu vou maçar com o discurso porque as actas são muito peneiradas, e é para ficar escrito, porque a história um dia há-de ser feita e convém saber quem é quem e quem é que anda aqui com seriedade e quem é que anda aqui a brincar com isto.

Quando em 17 de Dezembro de 2005, pela primeira vez, usámos da palavra nesta Assembleia, dissemos que estávamos aqui, com lealdade, que a bandeira do Concelho estaria à frente da partidária, que estaríamos aqui com frontalidade, porventura com acutilância. Dizem os nossos detractores que engolimos a cassette, e nós dizemos que temos muito orgulho nisso.

Dizemos hoje o que dissemos ontem, não temos um discurso em campanha e práticas diferentes uma vez eleitos. Como agora é moda mandar ler as actas e os placards, sugiro a leitura da acta dessa Assembleia e a nossa intervenção com a posição que a CDU, através de nós próprios, então assumiu.

Perante a não apresentação de programa eleitoral por parte do partido vencedor o PSD, hoje meio espoliado da vitória conseguida, dissemos então, ao actual executivo:

“Para nós, chama-se a isto navegação de cabotagem, isto é, navegação com terra à vista.



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Pensamos que o Concelho merece melhor. Exige-se aos responsáveis que tracem outros azimutes e vislumbrem outros horizontes. Tal comportamento parece-nos curto e desmobilizador. Como se pode ter cidadãos interessados, se não se lhes dá a possibilidade da crítica, da sugestão e do contributo empenhado? Ao partido com responsabilidades de governação é exigida outra transparência e outro compromisso. À mulher de César não basta ser séria, também tem que parecer.

Foi aqui enfatizada a saudável situação financeira da Câmara. Se por um lado, teremos que reconhecer que é de bom tom (parece que agora está esquecido) não deixar responsabilidades para os vindouros, não é menos verdade que muitas obras que reclamam uma solução urgente, continuam à espera de melhores dias. Para não sermos fastidiosos, enumeramos os diversos esgotos que drenam a céu aberto numa boa parte das freguesias, a insensibilidade manifestada na ligação Travancinha – Ponte do Salto, onde por umas centenas de metros, também aqui sabemos que estamos no Concelho de Oliveira do Hospital.

A correcção desta estrada até à Aldeia Formosa (felizmente vem no programa), permitindo a alternativa à estrada da morte, que tantas perdas humanas tem provocado.

A rede viária de mais de 50% do Concelho é do pior em todo o país e na região, com destaque para a freguesia de Seixo da Beira (que continua igual), onde não há uma estrada digna desse nome. Acresce a ligação Chão Sobral – Parente Alvôco, ou em alternativa Chão Sobral - Avelar, entroncando na estrada actualmente em correcção (hoje já feita). O mesmo se diga da Pavimentação da Barroca do Parceiro a Alvôco (onde, no século XXI, se pavimentou aquilo que eu chamo um caminho de cabras. No século XXI fazer um acesso a uma aldeia com três metros e meio é vontade de gastar dinheiro daqui a uns dias. Aliás, diz bem da forma de se governar que existe nesta Câmara).

Apraz-nos registar que as GOP's que hoje vão estar em discussão, reconhecem a justeza das nossas preocupações, já que, quase toda a rede viária do Concelho é proposta ser beneficiada. Terá valido a pena o muito que alertámos para estas realidades durante a campanha eleitoral quando dizíamos que “ao chegar a este Concelho a trepidação do carro diz-nos onde estamos”.

Mas as GOP's são uma “intenção” e já estamos habituados a ver obras em Plano três mandatos consecutivos. Cá estaremos para (e temos estado), com o nosso contributo, tentar que não demorem tanto.

A possibilidade de endividamento da Câmara, dentro dos limites legais, não nos preocupa, desde que o endividamento seja para investimentos. O dinheiro custa hoje 3% . (Quanto custa hoje, Sr. Presidente? Como já disse aqui uma vez, eu tenho doze milhões de contos de empréstimos e sei bem quanto é que as taxas custam. E vai dizer-me quanto é que custa esta diferença do custo do dinheiro e quantas obras é que se faziam e quantas pessoas é que já tinham a vida resolvida. Portanto, volto a dizer: haja honestidade política, que eu não ando aqui a brincar.).

A possibilidade do dinheiro custar 3% não será assim por muito mais tempo (Agora já quatro e tal e durante muito tempo custou dois por cento).

Em nossa opinião, perdeu-se uma oportunidade de ouro para com o dinheiro barato, fazer os investimentos necessários e urgentes.

Quero deixar dito que sou do tempo em que as nossas finanças estavam bem, o escudo era forte e não se falava em crise. Só que eu e alguns milhões de portugueses andavam descalços e eram analfabetos (hoje está aí tudo cheio de fome) ou com escolaridade primária com pouca esperança no futuro. O povo sempre viveu em crise. Câmara rica e povo pobre não é, de todo, o nosso lema, nem é receita que se avie a alguém.



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Não posso terminar sem manifestar a minha preocupação com os idosos e a cada vez maior falta de condições para uma velhice condigna. O apoio aos lares (que os privados fazem e a Câmara se gaba) e instituições já existentes devem merecer as preocupações da Câmara, bem como a construção de novas estruturas que respondem a esta cada vez maior necessidade dado o aumento da esperança de vida e como tal o envelhecimento da população.

É com este conjunto de preocupações que aqui estamos, é pela resolução das mesmas que aqui queremos estar (e temos estado). Este é o desafio que lançamos à Câmara Municipal e a todos os que têm responsabilidades no Concelho.”

Foi-nos respondido que a Câmara não ia governar com o nosso programa, ao que retorquimos “para a Câmara governar bem que tentaríamos opor-nos bem”.

Estamos conscientes que temos cumprido a nossa parte. Outra avaliação fazemos do desempenho do executivo.

Apesar da nossa menor responsabilidade, definimos a nossa linha de orientação. Com espanto, temos visto a Câmara a seguir, ainda que timidamente, o nosso programa...

O abastecimento de água, o saneamento básico, algumas obras postas a concurso, prenunciam que, afinal, a Câmara não nos responde, mas ouve-nos. Alias não tem outro remédio se quiser fazer alguma coisa de jeito, como é evidente.

A grande bandeira do endividamento ou melhor, das finanças equilibradas, desapareceu.

Perguntamos porquê? E, porquê agora? Um executivo responsável, tal como nós propusemos, há muito teria tomado esta opção, alicerçada num programa sério e objectivo que levasse à resolução dos problemas pendentes que afectam as populações, problemas esses diariamente denunciados na comunicação social – que eu vou sugerir ao meu Director que comece a mentir mas que diga bem – e por alguns membros da oposição.

Este empréstimo vem a meio do mandato para permitir um rol de inaugurações em cima do acto eleitoral, apenas e só, numa política de puro eleitoralismo e apego à cadeira do poder que, não obstante a falta de jeito e competência para o exercício, os seus detentores pretendem perpetuar.

Votaremos favoravelmente a obtenção do empréstimo, no pressuposto que continuará a verificar-se o cumprimento do programa em 2005 por nós delineado, e porque as necessidades básicas de uma boa parte das freguesias, de que realçamos Lourosa e Seixo da Beira, a tanto reclamam. Acrescentamos que gostaríamos de ver contempladas a recuperação das antigas escolas de Ervedal da Beira e a rectificação e repavimentação da estrada Seixo da Beira / Seixas, aliás incluída nas nossas preocupações em Dezembro de 2005.

Numa altura em que as receitas diminuem, em que o Governo tenta subtrair receitas às autarquias, não se percebe esta súbita mudança de atitudes, a não ser pelo puro eleitoralismo já evidenciado. Ganhe-se as eleições a qualquer preço e “quem vier a seguir que feche a porta”...

Hoje, como em 17 de Dezembro de 2005, continuo disponível para a marcha lenta pelo IC's, para integrar o pelotão pelo SAP, e para tudo mais que sirva aos interesses do concelho, seja contra quem for, e convocado por quem quer que seja. Apesar de ser considerado inimigo, por enquanto ainda sou só adversário. Pelo Concelho, engolirei as cassetes e os sapos que forem necessários.

Cumpra-se o que se promete. À bancada Socialista e especialmente ao Sr. Eng.º Carlos Inácio, agradecendo a disponibilidade em tempos aqui manifestada, peço-lhe que utilize as boas e as más influências a favor dos IC's para que o problema se resolva o mais rapidamente possível porque o desenvolvimento do concelho e da região assim o exige, porque senão, os empresários não vêm para cá (como também não foram lá para aquela fantochada porque o Sr. Presidente a



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

isso não respondeu).

Tenho dito.”

Depois, o Sr. Raul Dinis pediu a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“É evidente que eu vou votar favoravelmente o empréstimo pois “sem ovos não se podem fazer omeletas”.

Se fizermos um passeio, não só pelo concelho mas pelo País, chegamos à conclusão – e apercebemo-nos com relativa facilidade – que numa grande parte das freguesias e, porventura, em sedes de freguesias e cidades, aparecem inúmeros edifícios degradados. Edifícios particulares, que não são da responsabilidade das Câmaras mas dos seus proprietários, e que acabam por ser abandonados. Mas também há património municipal. E eu, porque fui eleito por Lagares da Beira, queria deixar aqui, para ficar na memória das pessoas, que existe um edifício municipal em Lagares da Beira – o antigo quartel dos bombeiros – que gostaríamos de ver recuperado pois é uma pena manter-se como está.”

Seguidamente, tomou a palavra o Sr. Dr. Francisco Garcia:

“Há bocado, o Sr. Presidente da Câmara criticou aqueles que, de uma forma leviana, vêm para aqui propor o desenvolvimento do concelho, económico, cultural, desportivo, ambiental, empresarial. Não o vejo criticar aqueles que só vêm cá dizer bem dos seus subsídios e outras coisas do género, coisas de grande importância...”

Hoje, pela primeira vez, concordei com uma coisa que o Rui Abrantes disse, que é, de facto, a sua política dos subsídios. A política do bip, da pedra, faltou-lhe a ele dizer isto. A política da garantia barata do voto, do amedrontamento e do “quero, posso e mando”.

Diz também o Sr. Presidente da Câmara que, quem não é do concelho e vê as nossas rotundas, fica satisfeito. Eu não sei se o Sr. Presidente vai aos outros concelhos para visitar rotundas. Eu não vou. Eu vou aos outros concelhos para ver monumentos, ruínas, museus, entre outras coisas. Rotundas, não vou. Para comer, fazer piqueniques, também não os vou fazer, garantidamente, no meio de uma rotunda. Para isso, há outro tipo de sítios.

Tenho de relembrar, também, que apesar de tudo isto, as pessoas querem continuar a vir a Oliveira do Hospital. E há pessoas que tentam abrir portas a que centenas de jovens venham cá, venham conhecer a nossa terra. E, ao que soube, o Sr. Presidente fechou essa possibilidade a um acampamento que traria centenas de jovens de norte a sul do País e ilhas. E, a ser verdade, gostaria de saber o motivo.

No que toca a este ponto e dado que não vi um entrosamento das obras propostas para a contracção do empréstimo, venho propor a esta Assembleia – também a título de recomendação – que sejam incluídas algumas obras neste Plano, que já eu trouxe aqui pelo menos duas vezes.

Uma delas... E alegra-me saber que dois concelhos deste distrito... Lousã já tem em funcionamento uma pousada da juventude e Montemor, um concelho de liderança PSD, já tem aprovada a sua pousada da juventude. Portanto, venho propor que seja votada e, naturalmente, aprovada por esta Assembleia, a recomendação ao Executivo da inclusão da negociação de uma pousada da juventude para a zona do Vale do Alva ou outra que o Executivo entenda melhor para usar os dinheiros do empréstimo.

Uma outra obra e dado que, na política, as coisas não dependem só do governo central pois também a autarquia local tem o dever e a obrigação de tentar ajudar no desenvolvimento, é a criação de uma Residência gratuita para estudantes que queiram vir estudar para Oliveira do Hospital onde se inclui, naturalmente, os do concelho que não tenham rendimentos para tal.

Depois, no âmbito desportivo e dado que o desporto não é só basquete, não é só futebol, não é só



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

bicicletas, há uma prova desportiva que movimenta milhares de pessoas que são as rampas de velocidade, como a Rampa da Felperra ou do Caramulo. E nós temos uma estrada com condições para isso, que é a estrada da Ponte das Três Entradas para Galizes. Também venho propor que o Sr. Presidente tente negociar uma prova de Rampa para o nosso concelho.”

Depois, tomou a palavra o Sr. Eng<sup>o</sup> Carlos Maia:

“Relativamente a esta questão do empréstimo, já aqui foi dito e também lamento, que peca por tardio. E porquê? Porque o Sr. Presidente da Câmara já falou há uma série de anos e sempre se vangloriou disso como sendo os louros da sua governação, que é a questão financeira da Câmara e o equilíbrio das contas da Câmara. E peca por tardia precisamente por causa disso. Porque o Sr., quando agora nos vem justificar estes cinco milhões de euros, diz: “A questão deste investimento destes cinco milhões de euros pode, eventualmente, ser transformado em mais dinheiro. Depende do QREN, isto vai ser mais rigoroso, isto vai ser mais complicado, as regras vão ser outras.”

Pela sua reacção, parece-nos que o Sr. questiona se cinco milhões poderão valer dez milhões, ou se poderão valer quinze milhões, ou se poderão valer vinte milhões. Mas também só poderão valer, porventura, seis milhões ou sete milhões. O Sr. não sabe nem tem ideia.

Perdeu-se, efectivamente, uma oportunidade neste concelho. Não sei se nós iremos conseguir recuperar parte dessa oportunidade que já tivemos na mão e que o Sr. não quis. O Sr. não quis aproveitá-la ou não foi capaz de a aproveitar.

E pasme-se, o Sr. vem dizer a esta Assembleia, numa altura destas que se fala de desenvolvimento... Foi o Sr. que o disse há pouco: “em Oliveira do Hospital, relativamente aos concelhos do Pinhal Interior...” Sr. Presidente: realmente, Oliveira do Hospital está mesmo mal entregue nas suas mãos. Então, o Sr., em vez de nivelar por cima – que foi aquilo que Oliveira do Hospital ao longo dos anos fez –, está a nivelar por baixo? Então, o Sr. não se quer comparar a Coimbra, a Figueira, a Cantanhede e a outros municípios aqui à volta, e está a querer comparar Oliveira do Hospital a outros municípios do Pinhal Interior, onde nós agora estamos? Está a querer nivelar por baixo? Efectivamente, está tudo dito e nós já percebemos quem é que o Sr. efectivamente é. E eu digo que o Sr. está esgotado, não tem mais nada para dar, quando chega a um ponto destes.

Oliveira do Hospital já percebeu os artifícios a dois anos de eleições, para ganhar eleições, porque é esse o objectivo do que está aqui. Se o Sr. quisesse o desenvolvimento em Oliveira do Hospital a sério, não era agora que nos vinha propor um empréstimo de cinco milhões de euros. Tinha sido há quatro, cinco ou seis anos atrás. E aí sim, estou de acordo com o Sr. Lopes, que as condições eram muito mais favoráveis. A taxa de juro era muito mais barata. Se calhar, os projectos eram mais fáceis de aprovar e de ir buscar dinheiro, do que é agora. O Sr., efectivamente, só tem um objectivo com isto: segurar-se na cadeira.

Eu vou dizer-lhe que não vou votar contra este empréstimo, mas também não vou votar a favor. E não vou votar a favor exactamente por aquilo que acabei de lhe dizer. É que se, efectivamente, estou de acordo com aquilo que está aqui e que o Sr. propõe fazer nestas finalidades que aponta, eu não vejo uma única intenção relativamente à questão dos empresários, das zonas industriais, de incubadoras de empresas. Isso continua a não dizer nada ao Sr. Presidente. Eu sou de acordo que havia toda a necessidade disto estar previsto aqui, até porque o Governo anunciou há pouco tempo a criação de incentivos aos empresários para virem para o interior. E, se eles cá vierem bater à porta, eu quero saber onde é que o Sr. os vai meter. Esta é a razão por que eu não voto a favor deste empréstimo. Mas também não vou votar contra. Eu vou abster-me e vou estar à



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

espera dos investimentos que vierem, das participações que vierem dos QREN's e, depois, na altura certa, nós vamos fazer as contas a isso tudo.”

Seguidamente, interveio o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves:

“Eu tenho a noção de que, neste caso concreto, não vou adiantar aqui praticamente nada porque já tudo foi dito.

O Sr. Presidente referiu a taxa de juro. Dentro do contexto do que já foi referido pelo Sr. António Lopes, é evidente que as razões estão no empréstimo, porque é que a taxa de juro é baixa: com a garantia da receita e sendo uma colocação segura como é. Ao fim e ao cabo estamos sempre a falar de transparência. Atirar para o ar, mesmo à laia de brincadeira como o Sr. Presidente o fez, é bonito mas convém depois dizer tudo. Dizer que, de facto, há este contexto: uma entidade financiadora que tem como garantia a receita de um município...

Em relação à clarificação desta situação, o Sr. Presidente disse que a Câmara está em contra-ciclo porque tem capacidade de endividamento. Eu diria o contrário: a Câmara tem capacidade de endividamento porque está em contra-ciclo, porque está atrasada e porque não usou o endividamento quando podia.

Um dos seus colegas, em representação da Associação Nacional de Municípios, na segunda-feira, no Programa “Prós e Contras”, começou a intervenção dizendo que cada município define o seu próprio modelo de desenvolvimento. Eu pensei “quem dera que isto acontecesse em todos”. O problema que nós temos aqui é a falta deste modelo de desenvolvimento. Aliás, basta olhar para a lista das obras: todas muito justificadas, embora eu olhe para algumas e veja que já estão há dez anos no Plano e que agora aparecem para serem objecto deste empréstimo. É preciso também dizer tudo. Aliás, os três ou quatro colegas que me antecederam já disseram quase tudo.

Para sintetizar, eu diria apenas o seguinte: o empréstimo está completamente desenquadrado de um programa contextualizado através da utilização de outros fundos, quer comunitários, quer comparticipados pelo próprio Governo. O empréstimo não vai ter uma utilização coerente para desenvolver o concelho. Vai ser utilizado para obras. O termo foi utilizado e eu não posso fugir a ele. Vai ser utilizado para obras avulsas. Não estou a dizer que não são úteis. Agora, a capacidade de alavancar o concelho nestas obras ninguém, por muito esforço que faça – nem que fale alto – vai convencer ninguém. Quando muito, vão atingir algum objectivo daqui a dois anos. Mas eu não quero vincar mais isso, que já foi aqui vincado.

Em terceiro lugar: nenhuma destas obras é reprodutiva. Reprodutiva no sentido financeiro, no sentido de levar o concelho a algum lado.

Fico por aqui porque penso que já foi tudo dito, mas não podia deixar de me solidarizar com os argumentos que foram expendidos. Por isso, eu também não vou votar contra. Como sabem, eu tenho sido sempre um defensor de um maior endividamento deste concelho para obras de desenvolvimento. Mas também não posso votar a favor porque não me identifico neste fim que está a ser usado com este empréstimo. Como tal tenho que me abster.”

Interveio, em seguida, o Sr. Dr. Manuel Garcia:

“Eu sou o autarca mais jovem, à semelhança da colega de São Paio de Gramaços. Às vezes, estou aqui e parece-me que não estamos todos aqui. Uns porque não sabem o que vêm para aqui fazer; outros porque não votam de acordo com aquilo que deviam de votar. Acho que tem que haver aqui um bocadinho de rigor.

Penso que o objectivo de todos nós aqui – e primeiramente do Sr. Presidente da Câmara – é fazer o melhor para o concelho. Agora, se isto tem a finalidade de lhe arranjar uma cadeira, acho que,



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

se conseguir fazer isto tudo, nós temos que lhe arranjar um cadeirão. Estamos a discutir aqui todas estas obras, grandes obras. Eu acho, para mim, jovem autarca, pessoa que está na política sem ser por interesse, que temos aqui obras importantes. E vou enumerá-las:

A Feira, que era um problema enorme para a cidade, está aqui. A estrada Oliveira do Hospital / Felgueira Velha. Compete ao Governo? A Câmara paga. A pavimentação da estrada de Lagares da Beira para Meruge: qualquer dia nem sei se o meu colega de Lagares é eleito lá na freguesia... O anfiteatro romano da Bobadela. O abastecimento de água a Casal de Abade, Pinheirinho, Quinta do Outeiro e Cabeçadas: nem vamos questionar, pois é uma necessidade. Aliás, é palco de todos os jornais e revistas e está aqui para fazer. Pavimentação da estrada Nogueira do Cravo / Aldeia de Nogueira. A adaptação da escola primária de Penalva de Alva a sede da Junta de Freguesia, para o meu colega ter uma sede digna para atender os munícipes, também não interessa? A Biblioteca Municipal e a requalificação do Largo Ribeiro do Amaral não são importantes?

Agora, o que me importa a mim que estes cinco milhões de euros tenham fins políticos ou para manter uma cadeira? Somos pessoas honestas. Acho que temos que ter honestidade para quem nos elegeu e quem me elegeu foi a minha freguesia. Represento seiscentos eleitores e o meu voto aqui vale tanto quanto o de qualquer outro elemento. Os elementos da Assembleia estão cá para fiscalizar. Só de recomendações, hoje... como se fosse a Assembleia Municipal que governasse. Eu julgo que problemas de freguesia tratam-se entre Presidentes de Junta e Executivo.

O que importa dizer aqui é: quais são as obras que o Dr. Rodrigues Gonçalves gostava de ver aqui para os empresários? Eu digo-lhes quais são: o IC 6, o IC 7, a Escola Superior de Tecnologia e Gestão. Sr. Presidente: faça o favor de as pôr lá. Pede mais uns milhões, a Assembleia vota a favor, nós fazemos as obras todas e o Governo não faz nada aqui no concelho. É isto?

Outra questão: não há incubadora de empresas? A Câmara lança o concurso do “Empreender +” e não havia candidaturas. Ainda bem que a comunicação social “bateu”, porque parece que já apareceram seis candidaturas. Eu acho que, às vezes, a “bater” também se consegue alguma coisa. Mas não é “bater” por “bater” porque parece que todos nós que estamos aqui não sabemos o que andamos a fazer .

Critica-se o Presidente porque não faz e, se as obras aparecem, dizem que é para “ficar na cadeira”.

Para o Sr. António Lopes: o Sr. falou no “caminho de cabras” do Alentejo. Mas eu só queria que o Sr. visse a alegria dos do “caminho das cabras”... O “caminho das cabras”, nunca ninguém teve capacidade para o fazer: nem Carlos Portugal, nem César de Oliveira. Uma obra de há vinte anos.

Outra questão: o Francisco Garcia falou na política dos subsídios. E eu pergunto-lhe: já fez parte de alguma colectividade? Isto tem que se perguntar. Quem trabalha por amor à causa, sabe os problemas que as pessoas passam nas colectividades, sem ganhar nada, para além do trabalho e do suor que se lá deixa. E, depois, critica-se.

Temos de ser rigorosos.

Eu estou aqui eleito pela minha freguesia e para defender os interesses da minha freguesia. Julgo que estas obras só pecam por tardias mas, se calhar, não estavam reunidas as condições para serem feitas. Estão hoje aqui e estão a “bater” na Câmara pelas obras que estão aqui elencadas.

Por isso, Sr. Presidente da Câmara e Executivo: penso que estamos no bom caminho. Vou votar a favor. E, quando terminar este empréstimo, não se esqueça de pedir outro para fazer o IC 6, o



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

IC 7 e as novas instalações da ESTGOH.”

Seguidamente, o Sr. Presidente da Câmara prestou os seguintes esclarecimentos:

“É preciso saber desmontar a demagogia do discurso. Começaria por dizer que “presunção e água benta cada um toma a que quer”. Eu aqui vejo muita presunção e muita água benta. Cada um toma a que quer. Eu também tomo a que quero.

Depois, gostaria de dizer que é preciso desmontar o discurso demagógico: dizer que o dinheiro estava mais barato e que hoje está mais caro? Pois está. Mas, se os empréstimos tivessem sido contraídos naquela altura, hoje estávamos na mesma a pagar o dinheiro mais caro. Da mesma forma que, amanhã, se o dinheiro ficar mais barato, vamos pagá-lo mais barato.

Da mesma forma que dizer que esta dívida é para vinte anos. Pois é, Sr. Presidente da Junta de Vila Franca, é para vinte anos. Mas, daqui por três ou quatro anos, o milhão e tal de euros que existe de dívida, acabou. Esse já desapareceu. E, entretanto, esta dívida cuja proposta é feita hoje aqui, também daqui a meia dúzia de anos, já não é de cinco milhões. É menos, porque há as amortizações de capital, ou seja, a capacidade de endividamento daqui a uns anos vai ser diferente. E, por isso, é que eu digo que é preciso desmontar o discurso demagógico.

Depois, vêm falar aqui das questões empresariais.

Sr. Eng<sup>o</sup> Carlos Maia: eu lamento é que o Governo tenha posto Oliveira do Hospital mais uma vez fora. Um dia destes, o Sr. tem empresas de Oliveira a criar a sua sede em Seia porque pagam menos IRC do que em Oliveira do Hospital. Eu tirei isto de uma notícia da Lusa que diz assim “fonte do Ministério da Economia diz que o Governo vai aumentar os benefícios fiscais para as empresas dos distritos de Bragança, Vila Real, Viseu, Guarda, Castelo Branco, Portalegre, Évora e Beja”. Eu costumo dizer que Oliveira do Hospital tem um problema muito grave: é que somos um concelho do interior e pertencemos a um distrito litoralizado. Se, efectivamente, o Governo não toma medidas de forma a discriminar positivamente Oliveira do Hospital, tal como está a fazer com os distrito que referi, nós corremos o risco de passar a ter as empresas com a sede social em Seia. E isto é que é grave e contra isto é que nós nos devemos opor. Devemos todos tomar posição relativamente a esta matéria, dizer ao Governo que não podemos aceitar que Oliveira do Hospital fique fora destes incentivos.

Sobre a questão das obras: eu, hoje, não utilizei a expressão “leviana” mas o Dr. Borges Garcia conseguiu ver que eu utilizei a expressão “leviana”. Falei em devaneios políticos e não em levandades. E, entretanto, vem falar de museus de pousadas da juventude... Então, se nós temos instalações no concelho que não são utilizadas... Tem a Quinta da Serrana, com uma casa com instalações adequadas. Porque é que os jovens não se instalam na Quinta da Serrana? O Sr. tem, em Aldeia das Dez, financiada pela Câmara e pelo LEADER, um edifício com um conjunto de quartos, cozinha, salas... Qual é a utilização que tem? Tem, também em Aldeia das Dez, a Casa do S, obra do Executivo na altura do César de Oliveira. Tinha lá quatro quartos. Vá ver como é que estão. Qual foi a utilização que tiveram até hoje? Eu costumo dizer que não costumo brincar com o dinheiro público. Não brinco com o meu, mas com o público muito menos.

E falar-me da história dos subsídios. Meu caro: a Sociedade de Defesa e Propaganda de Avô está a fazer um lar para acamados. Não damos subsídios? Não podemos dar subsídios porque, se os damos, é a política dos subsídios. Da mesma forma que, atendendo a que essas obras não trazem desenvolvimento: Srs. Presidentes das Juntas, não contem com subsídios para fazer obra nenhuma porque isso não traz desenvolvimento ao concelho. E, como não traz desenvolvimento ao concelho, não são obras reprodutivas – como diz o Dr. Rodrigues Gonçalves – também se acabaram os subsídios para essas obras. Eu quero dizer aqui, de uma forma clara e inequívoca



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para que não haja rodeios nem qualquer tipo de dúvida sobre esta matéria: nós damos subsídios, vamos continuar a dar subsídios. Se nós não déssemos subsídios, não havia desporto em Oliveira do Hospital, não havia cultura em Oliveira do Hospital. Se não déssemos subsídios, não havia IPSS's a lançar-se na aquisição de viaturas ou na construção de novas infra-estruturas. Portanto, a política do subsídio, enquanto eu for Presidente da Câmara, vai continuar a existir, sempre utilizando os mesmos critérios, doa a quem doer: à comunicação social, aos Srs. membros da Assembleia, a quem quer que seja. É assim que vai continuar a ser.

Quanto à questão da dita perda de oportunidades: eu não vejo quais foram as oportunidades que foram perdidas. Nós fizemos o aproveitamento dos anteriores Quadros Comunitários. Não estou a ver quais foram as oportunidades que perdemos.

Já agora, Dr. Rodrigues Gonçalves: fica desde já V. Exa. a saber que a Câmara encomendou um estudo de avaliação estratégica e eu também vou dar indicações para o Sr. ser ouvido e poder dizer quais são os seus projectos, para ficar plasmado no estudo. Eu estou interessado em saber quais são os seus projectos para Oliveira do Hospital, aqueles que são reprodutivos. Vou ficar a aguardar, calma e serenamente, que dê boas sugestões, pois vou ter todo o gosto nisso. Não sou dono da verdade. Posso considerar críticas justas e críticas injustas e isso é uma avaliação feita por mim.

Relativamente à contratação deste empréstimo, eu continuo a dizer que é importante. E o que eu vejo é que, os outros que têm os encargos da dívida e os encargos resultantes da dívida, gostava de saber onde é que há boa gestão. E quero dizer mais: nós vemos bem a diferença nos valores das propostas que os empresários apresentam aqui para realizarem obras no nosso concelho e os valores que apresentam nos outros concelhos para obras equivalentes.

Por fim, queria dizer algo sobre as propostas para incluir isto ou aquilo. O artigo 38º da lei que regula a contratação dos empréstimos é claro: diz que devem ser indicadas as obras para as quais vai ser utilizado o empréstimo. Portanto, não é estar aqui a dizer que se inclui uma pousada da juventude ou outra coisa. O que a lei diz é claro: são as obras que fazem parte da listagem e é para essas que se pode ir buscar o dinheiro.”

Terminadas as intervenções sobre o Ponto III – Autorização, nos termos da alínea d) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, para a contratação de um empréstimo de longo prazo, de montante até cinco milhões de euros – foi o mesmo colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria absoluta dos membros em efectividade de funções, com duas abstenções e trinta e seis votos a favor.

Seguidamente, o Sr. Prof. João Dinis interveio para prestar alguns esclarecimentos sobre a sua proposta de recomendação relativamente à contratação do empréstimo:

“É verdade que a Câmara e a Assembleia têm, nas suas deliberações, de dizer quais são as obras. Mas não deixa de ser verdade que a Câmara e a Assembleia podem reavaliar a situação. E, como é previsível que os cinco milhões possam gerar investimentos diversos, o que se propõe apenas é que a Câmara aceite revê-los. Não é para fazer a prova de perícia não sei onde ou para reeditar o Rallye Cidade de Oliveira do Hospital porque, senão, tínhamos que ir a oito milhões de euros, ou nove ou dez. Mas reavaliar porque, de repente, isto merece que seja reavaliado.”

Ainda sobre esta proposta, interveio o Sr. Carlos Mendes:

“Isto, no fundo, está contra aquilo que o Sr. Presidente da Câmara disse, que as obras só podiam ser co-financiadas em termos, quer dos cinco milhões, quer a nível de outros financiamentos como o QREN ou do próprio Estado, se estiverem naquele programa. Não vou estar a votar uma coisa que, a priori, é ilegal.”



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Depois, a mesa colocou à votação a recomendação proposta pelo Sr. Prof. João Dinis, tendo sido reprovada por dezasseis votos contra e duas abstenções.

Interveio, em seguida, o Sr. Dr. Francisco Garcia que fez a seguinte intervenção:

“Eu pedi o instituto do direito de resposta dado que o Sr. Presidente da Câmara nos acusou – a alguns membros desta Assembleia – de demagogos mas o mestre, aqui, da demagogia e do discurso redondo é, de facto, o Sr. Presidente da Câmara.

Eu não disse que sou contra os subsídios e que fique bem claro que não sou contra os subsídios. Eu sou contra duas coisas na sua política de subsídios: eles serem dados, preferencialmente, a quem o apoia e em menor quantidade ou raramente a quem não o apoia ou não é do seu partido, e contra somente a sua política de subsídios e não investir, de facto, no desenvolvimento e no progresso para Oliveira do Hospital. Isto que fique bem claro: eu não sou contra os subsídios, eu sou a favor disso. Eu tenho pena é que o Sr. vá à procura do voto barato e fácil só com a política dos subsídios. É isso que eu sou contra.

Em relação à proposta que eu entreguei na Mesa e que pedi que fosse votada uma a uma, a prova desportiva não será para ser incluída neste pacote mas as outras sim.”

Seguidamente, face às dúvidas levantadas quanto à legalidade das alterações ora propostas aos investimentos abrangidos pelo empréstimo a contratar, o Sr. Dr. Francisco Garcia declarou que retirava a proposta por ele apresentada.

Por fim, o Sr. Prof. João Dinis fez a seguinte declaração de voto:

“Voto a favor do pedido de empréstimo de cinco milhões de euros, sem todavia ignorar que é muito dinheiro e que representa uma avultada dívida a recair sobre o nosso Município e a ser paga, em parte pelo menos, durante o mandato de outros autarcas que não nós próprios.

Voto a favor do pedido de empréstimo até cinco milhões de euros porque a Lei das Finanças Locais em vigor é muito castigadora para as autarquias.

Voto a favor do pedido de empréstimo de cinco milhões de euros porque, à partida, esta verba se destina a dar suporte a investimentos em obras úteis para a população de todo o concelho e a dar suporte a um investimento superior a essa verba. E esta é a grande vantagem objectiva deste empréstimo.

Voto a favor do empréstimo de cinco milhões de euros enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, apelando de novo para a Câmara Municipal para que se faça bem – dentro da freguesia de Vila Franca da Beira – aquilo que a segurança da população exige que seja bem feito na Estrada Nova.”

Seguidamente, entrou-se no Ponto IV – Apreciação e votação, nos termos do artigo 4º do Regulamento de Títulos Honoríficos do Concelho de Oliveira do Hospital, da proposta da Câmara Municipal para atribuição de Medalha de Ouro de Oliveira do Hospital ao Sr. Engº Carlos Alberto de Moura Portugal e Brito.

Sobre este ponto, pediu a palavra o Sr. Engº Carlos Maia que fez a seguinte intervenção:

“Eu só queria pedir um esclarecimento quanto às personalidades e à instituição que estão a ser propostas para as Medalhas: se, em reunião de Câmara, houve a apresentação de mais propostas, nomeadamente pelos Vereadores da oposição, para outras personalidades.”

O Sr. Presidente da Câmara prestou, então, o seguinte esclarecimento:

“As personalidades foram propostas pelo Executivo em permanência e aceites, por unanimidade, pelos Srs. Vereadores.

A ARCIAL, já no ano passado era para ser contemplada na atribuição de medalhas. Foi falada, por mais de uma vez, em reuniões de Câmara por todos, incluindo pelo Sr. Vereador José



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Francisco Rolo que, até numa das reuniões que antecedeu esta, voltou a falar na ARCIAL.” Seguidamente, a Mesa colocou à votação, por escrutínio secreto, o Ponto IV – Apreciação e votação, nos termos do artigo 4º do Regulamento de Títulos Honoríficos do Concelho de Oliveira do Hospital, da proposta da Câmara Municipal para atribuição de Medalha de Ouro de Oliveira do Hospital ao Sr. Engº Carlos Alberto de Moura Portugal e Brito – tendo sido aprovado por maioria, com vinte e oito votos a favor, um voto contra e cinco abstenções.

Depois, entrou-se no Ponto V – Apreciação e votação, nos termos do artigo 9º do Regulamento de Títulos Honoríficos do Concelho de Oliveira do Hospital, da proposta da Câmara Municipal para atribuição da Medalha de Mérito Municipal à Associação de Recuperação de Crianças Inadaptadas de Oliveira do Hospital (ARCIAL), ao Sr. António Manuel Pereira Marques e ao Sr. Fernando Melo de Sousa.

Sobre este assunto, tomou a palavra o Sr. Engº Carlos Inácio:

“Acho que a nossa bancada e todos os que estamos aqui, estamos claramente satisfeitos com as propostas que estão aqui. Depois de vermos as propostas e depois de conhecermos o percurso destas figuras e desta instituição, não há muito a dizer. De qualquer maneira, queria reconhecer o papel extremamente importante neste concelho das instituições como a ARCIAL. Existe no concelho de Oliveira do Hospital. Existe noutros concelhos que não aqui. É uma associação que tem um trabalho de mérito e que tem um trabalho muito relevante aqui no nosso concelho. Por isso, é de extrema justeza esta concessão que vai realizar-se no dia 7 de Outubro.

Peço imensa desculpa à Mesa mas só quero fazer duas referências muito rápidas: eu acho que o Sr. Manuel Garcia, na intervenção que fez anteriormente, não anda a perceber realmente bem o que é que se passa nesta Assembleia e nestas situações. Acho que todos nós percebemos. Estamos aqui a fazer a nossa vida política, damos o nosso melhor contributo, gostamos da terra onde vivemos e damos o melhor por Oliveira do Hospital. Não tenho dúvidas que cada um de nós faz isso. Agora, há pessoas que percebem umas coisas num momento e noutro perceberão outras. Se calhar, o Sr. Manuel Garcia, há dois anos, percebia de uma maneira; hoje percebe de outra.

Queria dizer mais uma questão: é de louvar todos os subsídios da Câmara. Naturalmente que os subsídios são necessários e são para atribuir. Não esqueçamos é que a Câmara dá subsídios e o Governo também os dá. O que interessa, por exemplo no caso de Avô, é que as obras vão para a frente, venha o dinheiro de onde vier. O dinheiro não é de uns nem é de outros; é dinheiro de nós todos, contribuintes, e que, de uma maneira melhor ou pior, é gerido. Mas é esse dinheiro que é investido e é investido neste concelho e noutros concelhos.”

Seguidamente, interveio o Sr. Dr. Fabrício Santos:

“Há personalidades que ao longo da sua vida se fazem notar pelas suas qualidades profissionais e relacionais. O seu destaque vai sendo formado ao percorrer do seu viver. Vão adquirindo a admiração de muitos pelo desempenho qualificado e empenhado do seu “munus”. A esta qualidade chamamos mérito. Estamos perante propostas para homenagear três personalidades e uma instituição, de reconhecido mérito. É obrigação dos principais responsáveis e detentores do poder, quer nacional ou local, reconhecer o mérito dos melhores desempenhos nas várias áreas do saber ou actuação. Este reconhecimento servirá de exemplo para muitos jovens que, certamente, terão como lema de vida, querer imitar os melhores e caminhar no sentido da perfeição, do desenvolvimento qualificado.

O mérito que lhes é apontado foi sendo construído ao longo de muitos anos e sempre com a finalidade do engrandecimento do seu próximo, das suas instituições, o que quer dizer o



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

engrandecimento do concelho e do país onde vivemos.

Saúdo e aplaudo o trabalho de alto valor social e cívico da instituição ARCIAL – Associação para a Recuperação de Crianças Inadaptadas. Penso que é real e geral o reconhecimento do seu mérito e a justa homenagem da atribuição da Medalha de Mérito Municipal.

A proposta para a atribuição da Medalha de Ouro do Concelho de Oliveira do Hospital ao Senhor Eng.º Carlos Alberto de Moura Portugal e Brito, que governou sabiamente e com elevada competência o concelho de Oliveira do Hospital, é um facto que enobrece toda a população do concelho. Esteve oito anos à frente dos destinos do concelho realizando obras que contribuíram para melhorar a qualidade de vida dos oliveirenses e deram prestígio ao concelho. O seu curriculum mostra bem as várias e apreciadas qualidades do seu saber e do seu modo de desempenhar cargos de grande responsabilidade. Penso que a sua esposa, que muito o acompanhou e, certamente, o ajudou, também se sentirá abrangida por esta digna e justa homenagem. Aplauzo o reconhecimento do mérito a este grande oliveirense e, desde já, lhe apresento os meus melhores cumprimentos e homenagem.

Duas outras personalidades se evidenciaram no desempenho que tiveram, um na área do Desporto e o outro na área da Cultura Musical. O mérito conquista-se continuamente ao longo dum vivência sadia, um trabalho de qualidade e profícuo que merece a admiração de muitos. São personalidades que merecem servir de exemplo aos mais novos para que caminhem continuamente para a perfeição.

O Senhor Fernando Melo de Sousa, maestro da Filarmónica de Ervedal da Beira – eu gosto mais de maestro do que regente – adquiriu o reconhecimento do mérito ao longo dos vinte e seis anos de trabalho exemplar e dedicado ao ensino da música. Foi no ano de 1981 que veio “assentar praça” em Ervedal. Viviam-se momentos difíceis na vida da Filarmónica porque não tinha um regente a tempo inteiro com disponibilidade de preparar novos elementos para fortalecer os frágeis “naips” existentes.

Depois de uma tentativa em várias zonas do país para encontrar um regente disponível, essa tarefa tornou-se infrutífera. O Presidente da Direcção, Prof. Alexandrino, convidou-me a acompanhá-lo, numa ida a Coimbra, para encontrar uma solução para a regência da Filarmónica. Não encontrando ninguém disponível, ocorreu-me procurar junto da Banda Militar de Coimbra alguma solução para a nossa Banda. Alguém se lembrou do Senhor Melo de Sousa e nos proporcionou o contacto. Logo nos avisaram tratar-se de uma personalidade muito exigente. Falámos com o Senhor Melo de Sousa e havia uma disponibilidade para estudar. Logo ali nos informou que, se algum dos executantes aparecesse embriagado nos ensaios ou nos serviços, ele, no mesmo momento, abandonaria o trabalho, visto não suportar situações dessas.

O Senhor Melo de Sousa veio até ao Ervedal, iniciou um trabalho nos ensaios da Filarmónica e nos aprendizes e logo todos verificaram estarmos perante uma pessoa altamente competente. Também todos deram conta que o seu trabalho só era possível num ambiente de eficiente disciplina. A aprendizagem só dá resultados positivos com concentração de todo o grupo. Os resultados estavam à vista de toda a população e dos elementos da Filarmónica. As suas lições, o seu modo de explicar e ensinar, como o instrumento deve dizer as notas com o esforço do executante, estavam a ser admirados por todos. À Escola de Música começaram a afluir muitos jovens que frequentavam a Escola Primária e a Telescola que, depressa, sentiram estar a ser ensinados por uma pessoa amiga, que conversava com as crianças, lhes dava exemplos de como deviam agir nos seus comportamentos junto dos pais e dos colegas. Assim surgiram laços de grande apreço e admiração pelo modo como disciplinava os comportamentos mais rebeldes e



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

como obtinha a disponibilidade desses jovens para uma aprendizagem eficiente.

A sua cultura geral é muito vasta, o que lhe dá temas para conversar com todo o género de pessoas numa forma simples e afável. O mérito foi surgindo ao de cima como o azeite na água.

A sua vida é música. Todo o seu tempo é para estudar a música. A compilar novos temas, a compor peças, a fazer arranjos adaptados aos executantes. É um Senhor na arte musical, reconhecido por muitos e grandes maestros, como tive oportunidade de testemunhar.

Fui uma das pessoas que acompanhou o Senhor Melo de Sousa, em auxílio à direcção e como executante ao longo de 18 anos. Conheço o nosso Maestro muito bem e tenho o privilégio de ser seu amigo. Ama a música nas suas expressões mais belas. Ao longo destes 26 anos à frente da Filarmónica já formou muitas dezenas de músicos de elevada qualidade, bastantes estiveram integrados em Bandas Militares. Os concertos que nos proporciona são de uma qualidade elevada e é pena que não sejam mais frequentes por todas as terras do concelho.

Os tempos vão-se tornando difíceis porque há poucos aprendizes. O seu gosto é ensinar e mostrar aos seus educandos que a música é uma arte que eleva e disciplina o espírito. Esta homenagem ao senhor maestro Melo de Sousa aparece após outras que lhe foram prestadas. Esta homenagem também atingirá todos os que com ele colaboraram ao longo destes 26 anos de excelente trabalho. A peça fundamental deste puzzle é o Senhor Melo de Sousa mas as outras peças também estão envolvidas no seu grande mérito.

Ervedal da Beira e o concelho de Oliveira do Hospital orgulham-se do prestígio que a Filarmónica alcançou, não só pelas belas execuções que realizou mas também pelo elevado espírito de organização e comportamentos que mostrou.

Para todos os propostos à atribuição de Medalha de Mérito Municipal e à Medalha de Ouro, os meus parabéns.”

Terminadas as intervenções, foi colocado à votação o Ponto V – Apreciação e votação, nos termos do artigo 9º do Regulamento de Títulos Honoríficos do Concelho de Oliveira do Hospital, da proposta da Câmara Municipal para atribuição da Medalha de Mérito Municipal à ARCIAL – Associação de Recuperação de Crianças Inadaptadas de Oliveira do Hospital, ao Sr. António Manuel Pereira Marques e ao Sr. Fernando Melo de Sousa –, tendo sido aprovado por maioria, com trinta e dois votos a favor e duas abstenções.

Entrou-se, depois, no ponto VI da Ordem do Dia – Apreciação e votação, nos termos do nº 1 do artigo 19º do Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de Janeiro, da proposta da Carta Educativa do Município de Oliveira do Hospital –, tendo tomado a palavra ao Sr. Dr. António Simões Saraiva:

“Eu, posso unicamente dizer uma frase e é um assunto que cada um poderá ver com os seus próprios olhos. É que nos foi apresentado um documento que corresponde a um trabalho feito com uma minúcia, com rigor e com uma capacidade de procura, de busca e de compreensão, como raramente nos é dado ter nas mãos um trabalho feito por técnicos de alta competência. Temos que aqui os felicitar. É um documento de uma rara complexidade e de uma rara perfeição. Portanto, é dado a cada um ver com os seus próprios olhos e sentirmo-nos orgulhosos, porque este documento foi feito por pessoas dentro desta casa.”

Em seguida, interveio o Sr. Prof. João Dinis:

“Começava por salientar que há, efectivamente, trabalho na selecção, na compilação, e no processamento de muitos dados, sobretudo de dados estatísticos. Por isso, vale o que vale. Mas enferma, a meu ver, de um pecado original, tratando-se, até, de uma matéria que diz respeito a ensino e educação. Eu bem sei que isto foi discutido na Câmara e até terá sido discutido no Conselho Municipal de Educação. Mas, se a CDU estivesse na presidência da Câmara Municipal



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de Oliveira do Hospital governando, naturalmente, com o seu próprio programa, nessa circunstância, teria procedido a um debate muito mais amplo do que esta carta educativa foi sujeita. Repito, desde logo e em primeiro lugar porque se trata de uma matéria de ensino e de educação, onde ninguém, num dado momento histórico, alguma vez tem a última palavra.

Portanto, praticou-se aqui, objectivamente, a política do funil. Do funil, em termos de participação democrática dos cidadãos em matéria desta natureza.

O maior mérito desta carta educativa é colocar o concelho de Oliveira do Hospital ao abrigo de alguma das candidaturas do QREN. Esse é o maior mérito que esta carta educativa tem. É um mérito muito prático. Há aqui, de facto, a crueza do pragmatismo. E para além disso? Todavia, uma carta educativa demasiado esquelética, muito seca, muito cheia de números, muitos quadros estatísticos, mas algo vazia em certos conteúdos capazes de dar músculo e, sobretudo, de lhe dar cérebro, que é aquilo que menos tem.

A carta educativa fala em fechar algumas escolas, opção muito discutível, mas não fala em abrir uma certa escola em Oliveira do Hospital, muito reivindicada por encarregados de educação, apesar de haver a proposta de se construir algumas salas.

Fala em transportes escolares, mas atenção aos horários, por exemplo para as crianças da Sobreda. Atenção às condições de segurança e de comodidade em alguns dos transportes escolares.

Dedica meia-dúzia de linhas à Escola Secundária e outra meia-dúzia à Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital. Ora, e embora reconhecendo que ambos os estabelecimentos de ensino são da directa responsabilidade do Governo – o qual nunca deve ser isentado das suas responsabilidades nestas e noutras matérias – também se afirma que ambas estas escolas mereciam outro tratamento a nível de uma carta educativa municipal.

Em primeiro lugar, o Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, circunstancialmente eu próprio, não pode deixar de protestar pelo facto desta carta educativa ter ignorado, pura e simplesmente, a pretensão da Freguesia de Vila Franca da Beira quanto à construção de um edifício polivalente anexo às escolas, para refeições e outras actividades das crianças, e mesmo a manutenção do belo edifício construído há setenta e cinco anos, do belo edifício da escola principal, que serve Vila Franca da Beira e Aldeia Formosa.

O Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, circunstancialmente eu próprio, não pode deixar de protestar porque esta carta educativa, assim, discrimina negativamente as crianças de Aldeia Formosa e Vila Franca da Beira.

Por isso, estou sem alternativa, voto contra.

Mas também sou sempre pela positiva e continuo a acreditar que haja bom senso. Renovo, por isso, o apelo à Câmara Municipal para fazer as obras necessárias no núcleo escolar, com sede na freguesia de Vila Franca da Beira que serve as crianças de Vila Franca da Beira e Aldeia Formosa, para que não se discriminem as crianças destas duas localidades.

E não apelo para que a Câmara faça a vontade do Presidente da Junta de Vila Franca da Beira, circunstancialmente eu próprio. A minha vontade vale o que vale e só vale se corresponder à vontade dos meus concidadãos.

O Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira vai fazer todo o possível para que as crianças de Vila Franca da Beira e de Aldeia Formosa, não sejam discriminadas negativamente, em relação às crianças de outras localidades.

Que fique absolutamente claro.”

Depois, tomou a palavra o Sr. Carlos Mendes, que fez a seguinte intervenção:



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

“Perante este estudo todo, que está aqui e que já foi apelidado, pelo Dr. Simões Saraiva, de bem feito e de bem construído, dá-me a sensação que devíamos recomeçar a Assembleia.

Antes de mais nada, quero referir uns pontos, para mim, principais:

Na página catorze da Carta Educativa – “Evolução da população residente de 1996 a 2004 no Município de Oliveira do Hospital”: era por isso, que eu estava a dizer que podíamos recomeçar a Assembleia, porque tínhamos que ir (o Sr. Presidente vai-me desculpar) falar de acessibilidades, do desemprego, do emprego, etc. Nesta página diz que, em 1996, tínhamos vinte e duas mil trezentas e setenta e seis pessoas e hoje temos vinte e uma mil noventas e uma pessoas. Isto é que me preocupa. Por isso é que eu gostaria de começar a Assembleia Municipal. E ainda há outro facto: na mesma página, no quadro nº 10, vemos que, em 1970, havia seis mil duzentos e noventa e cinco jovens entre os zero e os catorze anos. Em 1981, havia cinco mil seiscentos e oitenta e seis. Em 1991, havia quatro mil duzentos e noventa e seis e, em 2001, três mil quinhentos e vinte e nove.

Adultos entre os quinze e os sessenta e quatro anos: em 1970, treze mil e quinhentos. Em 1981, catorze mil e quarenta e sete. Em 1991, catorze mil e vinte e três. Em 2001, treze mil novecentos e cinco.

E, agora, vamos ao pior da questão, em termos de desenvolvimento do concelho: em 1970, tínhamos três mil quinhentos e trinta e cinco adultos com mais de sessenta e cinco anos. Em 1981, três mil oitocentos e vinte e um. Em 1991 tínhamos quatro mil duzentos e sessenta e cinco. Em 2001, tínhamos quatro mil seiscentos e setenta e oito.

Isto é o espectro do nosso concelho. Isto é o espectro da nossa interioridade. E o pior, no meio de isto tudo, é que, neste momento, temos 15,96% entre os zero e os catorze anos; temos 62,88% entre os quinze e os sessenta e quatro anos; e temos 21,16% com mais de sessenta e cinco anos.

Falar de Carta Educativa com estes dados é dizer assim: temos que fazer alguma coisa em relação a este concelho em termos de desenvolvimento – e eu aqui não faço crítica nenhuma ao Sr. Presidente da Câmara nem a ninguém –, temos que repensar isto tudo. Por isso, é que eu disse, há pouco, que tínhamos que começar a Assembleia, tínhamos que voltar a falar nas zonas industriais, nos empresários, de cativar os jovens, nas escolas... Tínhamos aqui uma panóplia de situações para podermos discutir a Carta Escolar.

Agora, vamos falar mais a nível da própria cidade porque nós sabemos que a maior parte das pessoas vêm trabalhar para Oliveira do Hospital e é natural que queiram trazer os filhos. É natural que, pelos horários, os queiram na escola em Oliveira do Hospital. Aqui começa a desertificação das próprias escolas.

A crítica mais comum que se faz é que Oliveira do Hospital está toda virada para aquele lado, a concentração dos miúdos é toda daquele lado e que devia ser feita uma nova escola daquele lado. Nós, neste momento, com o mapa da página catorze, não sabemos o que é que vai acontecer. Será que vão ser necessárias mais escolas? Será que vão ser necessárias mais salas? Será que algumas das escolas, por exemplo a de Gramaços ou de Gavinhos, não serão viáveis daqui a dois ou três anos, porque houve um aumento da população nessas zonas? Portanto, neste momento, falar de números, das escolas, dos agrupamentos, é difícil, dada até a diversidade de mapas deste documento.

Se forem buscar um mapa mais à frente, por exemplo a figura 6 da página 24, vemos o aumento dos alunos nos agrupamentos educativos. E verificamos que o único agrupamento que tem evoluído exponencialmente é o Brás Garcia Mascarenhas, pois os restantes têm diminuído. Como vamos fazer? Como vamos resolver estas situações? Onde vamos buscar as populações?



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Como é que as fixamos?

Isto vem sempre ter ao princípio: nós somos uma ilha de pedra. Ainda não temos aquilo que precisamos e que é, para mim, uma saída para o interior do País profundo – é a ida para a Europa – e uma ligação minimamente razoável para o mar, senão nunca mais saímos deste marasmo. Podemos ter boas piscinas, ter bons campos de ténis, bons subsídios dados pela Câmara, boas filarmónicas, mas não temos população, não criamos riqueza.

Eu, sinceramente, para votar a Carta... Não sei. Mas há uma coisa que eu não poderia deixar de votar: votaria sempre pelo trabalho, por ensinamentos que isto tem. Porque, se quisermos, temos aqui ensinamentos sobre o nosso concelho que são prioritários para nós repensarmos tudo.

Por isso, muitas das vezes, as “antipatias” que existem aqui dentro têm que ser esbatidas.

O desafio feito pelo Sr. Presidente da Câmara ao Dr. Rodrigues Gonçalves, acho que foi bem feito, para apresentar ideias. Mas, Sr. Presidente, tem que aceitar as ideias. E nós temos que aceitar as ideias do Sr. Presidente. E eu acho que, todos juntos, com ideias novas, podemos dar a este concelho a visibilidade que necessita.

Agora, a Carta Educativa está muito bem feita. Dou os parabéns. Se vamos construir a escola daquele lado ou não, eu não sei qual é a população que virá da Bobadela...

Isto dá para voltar quinze anos atrás: nós esquecemo-nos de fazer a Grande Oliveira. Nós temos, em cima das nossas costas, o erro que cometemos de não ter feito isso na altura própria. Era fazer a Grande Oliveira e nós, assim, seríamos capazes de ter a cidade com mais capacidade de desenvolvimento.

Carta Escolar: sim. Dificuldade dos alunos: muitas. Futuro: será que vamos ter alunos? Será que vamos ter jovens? Esperamos que sim.”

Seguidamente, tomou a palavra o Sr. António Lopes:

“O João Dinis já definiu a nossa posição relativamente ao sentido do voto e às grandes questões da Carta Educativa. Não sou, por razões várias, óbvias e conhecidas, a pessoa mais indicada para...”

Entretanto, vou sabendo que isto aparece como uma exigência do QREN e só por isso é que isso se fez. Não discuto a qualidade do trabalho feito. Confesso que passei por isso “a correr” e é bonito que esteja razoavelmente bem feito.

A questão que eu ponho é: com a pedagogia política que nós temos aqui, falar de Carta Educativa, enfim...

Votamos contra – eu especialmente – porque as informações que tenho é que há quatro escolas que está previsto serem fechadas, mais o jardim-de-infância de São Gião. Como já alguém disse: “quando se fecha uma escola, abre-se uma cadeia”. Não será o caso. Ainda assim, a informação que também tenho é que o pessoal da Sobreda, com o trajecto que tem que fazer, tem uma hora de viagem, quer de manhã, quer à noite. Portanto, para as crianças, principalmente no Inverno, enfim...

E sabendo nós que hoje há aí um rigor – rigor entre aspas, há uma pretensão de redução de custos – e que se acha que é na educação e na saúde que se deve cortar. Tenho aqui dito várias vezes que o regabofê que se tem nas reformas da classe política, e não só, era muito mais bem cortado em benefício destas situações. Também não sou daqueles que defende que fique uma criança ou duas numa escola isolada. Portanto, este é um assunto de facto complexo e que não pode ser discutido assim de escantilhão. De qualquer forma, tenho a informação que nestas escolas ainda há cerca de dez alunos e, nalguns casos, até mais. Penso que são questões a repensar quando aí se chegar porque é com isto que estamos a fazer a desertificação ou a



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

contribuir para ela.

E isto levávamo-nos à tal discussão que o Carlos Mendes aqui falou. Porque, depois, também não há-de haver empresários porque não há-de haver trabalhadores. E, por isso, nós, um País com a beleza que temos e que podíamos estar distribuídos pelo País com todos os benefícios, quer de ambiente, quer de ecologia, quer de abastecimento de água, temos o problema do Mundo de hoje que são as grandes urbes com os problemas todos que têm. E temos as belezas naturais do interior que não se desfrutam porque não há ninguém para tratar delas nem sequer para estar lá.

Portanto, nós votamos contra pela razão que o João Dinis enunciou. E eu votaria sempre contra porque, por uma questão de princípio, nunca votaria a favor do encerramento de uma escola, a não ser nesse caso muito concreto de um ou dois alunos em que, de facto, do ponto de vista pedagógico, a escola se tornasse prejudicial.”

Interveio, depois, o Sr. Eng<sup>o</sup> Carlos Inácio:

“Acho que este estudo está bem feito. Reflecte uma realidade do nosso concelho ao longo dos últimos anos, que é a concentração, na cidade, da população do concelho. É geral em todo o País. A questão que ponho é se a solução encontrada é a melhor e se a solução temporal também é a melhor.

Penso que é quase irreversível que o desenvolvimento está na cidade: há mais atracções, as populações fixam-se aqui, há mais emprego. É uma realidade do País, não é só em Oliveira do Hospital. Não seria de investir em algo de novo, numa construção nova em Oliveira do Hospital, para futuro? Ou estar, como li, com uns pequenos remendos e, se calhar, daqui a quatro anos, pensar em fazer algo de raiz? Isto numa perspectiva de acreditar que o concelho e a cidade crescerão.”

Seguidamente, tomou a palavra o Sr. Eng<sup>o</sup> Carlos Maia:

“Algumas das coisas que eu ia dizer, já foram referidas. No entanto, queria acentuar o que ainda agora o Carlos Inácio acabou de dizer, chamando a atenção para o quadro 14 da página 18. Verifica-se que particularmente na freguesia de Oliveira do Hospital – um pouco também em Nogueira do Cravo, Santa Ovaia e São Paio de Gramaços – a população residente aumenta. Depois, temos um decréscimo em todas as outras freguesias.

Penso que isto leva-nos a uma conclusão que todos nós já tirámos: é que há uma fuga da população do concelho das freguesias mais distantes para a sede do concelho e para algumas das freguesias limítrofes da sede do concelho. Estamos a trabalhar com dados temporais até 2015. O que quer dizer que, muito possivelmente, iremos continuar a ter essa pressão de pessoas para a cidade. E assiste-se a um aumento do número de crianças nos jardins-de-infância e nas escolas do primeiro ciclo do Agrupamento Brás Garcia de Mascarenhas, o que vem reforçar a pressão que existe sobre Oliveira do Hospital. Penso que é um fenómeno a ter em conta. Penso que, se realmente o desenvolvimento de Oliveira do Hospital vier tarde – mas que venha –, iremos continuar a assistir à concentração de pessoas e de novos alunos em Oliveira do Hospital. Estou convencido que esta será a tendência.

Assistimos, mais à frente, no programa de execução, aos remendos e a ter que criar salas e que começar a deslocalizar turmas do primeiro e segundo anos da escola de Oliveira do Hospital para Gavinhos. É reconhecido, neste documento, que a pressão está cá, já hoje está cá e, porventura, vai estar cá num futuro próximo, quando é admitida a construção de quatro salas novas na EB 1 de Oliveira do Hospital.

Uma questão eu coloco: será que a escola de Oliveira do Hospital, como a conhecemos hoje, tem



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

condições para lá meter mais quatro salas? Esta é uma questão em relação à qual tenho muitas e sérias dúvidas. Se isto é um plano que vai regulamentar, até 2015, a questão do ensino neste concelho, se vai servir de base a financiamentos do QREN, então eu devo dizer que sou crítico naquilo que é proposto. Porque são propostos remendos e estou a referir-me unicamente à questão da EB 1 de Oliveira do Hospital. E eu pergunto: se isto é para o futuro, esta Carta não devia ter previsto uma nova escola básica em Oliveira do Hospital? Não está prevista, nem no curto prazo, nem no médio, nem no longo prazo.

Por esse motivo, eu não vou votar a favor desta Carta Educativa.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“No que diz respeito a diversas questões que foram formuladas sobre a Carta Educativa, queira dizer o seguinte: esta Carta Educativa tem uma filosofia. E tem uma filosofia que tem que ser lida em conjunto. Se fizermos uma leitura de uma situação isolada, fugimos do âmbito da filosofia em que foi elaborada a Carta.

Qual é esta filosofia?

Ponto um: o aproveitamento de equipamentos existentes. Não somos um País rico, não somos um concelho rico, não podemos andar a desperdiçar dinheiros públicos.

Segunda preocupação: ter em atenção os movimentos que estão a ser gerados nos agrupamentos. Está dito na Carta que poderá haver necessidade dos alunos de Lagos, por exemplo, em vez de virem para Oliveira do Hospital, tenham que ir para Lagares. Da mesma forma que está subjacente na Carta que poderá vir a acontecer que professores que dão aulas na Cordinha tenham que completar horários em Lagares. Também está contemplado na Carta que, no que diz respeito ao Vale do Alva, poderá haver necessidade de fazer com que os alunos de Santa Ovaia, de Vendas de Galizes e de Galizes tenham que ir para o Vale do Alva para podermos ter esta estrutura a funcionar. E há que ter presente também esta filosofia das escolas básicas integradas porque o que amanhã acontecerá aqui na cidade é que a Escola Básica 2,3 passará a uma escola básica integrada.

E há que ter em atenção outros aspectos. O Carlos Mendes falou na questão da Grande Oliveira. Mas, a Grande Oliveira como estava pensada, está cá na Carta. Temos a Bobadela, que temos que aproveitar, pois há quatro salas e duas turmas neste momento. Assim, temos duas salas disponíveis. Em Gavinhos, está proposta a construção de mais uma sala porque não é aconselhável que haja um professor para quatro anos de escolaridade. Temos também, aqui, que respeitar esta filosofia que o Ministério – e muito bem – quer implementar, que é de um professor para, no máximo, dois anos de escolaridade. Queremos acabar com escolas que “não fazem sentido”: em Nogueira do Cravo temos uma escola que vai ter condições para receber os alunos de Aldeia de Nogueira e do Senhor das Almas. Então, não há necessidade de ter mais duas infra-estruturas a funcionar na mesma freguesia, quando pode funcionar na sede com todos os alunos, com transportes que são rápidos, serviço de refeições, um pavilhão desportivo a menos de cinquenta metros da escola e posto de internet a duzentos metros.

E a filosofia que esteve sempre subjacente nesta Carta Educativa foi a do aproveitamento dos recursos e dos equipamentos que temos.

E eu gostaria de dizer isto que me parece ser muito importante: nós temos feito um investimento acentuado no domínio da educação. E há um factor novo, que irá acontecer dentro de poucos anos. Porque é que o Governo não coloca a escolaridade obrigatória até ao 12º ano? E, nessa perspectiva, vai haver desenvolvimentos, para os quais nós naturalmente que estamos atentos. Isto são questões que estiveram subjacentes à filosofia da elaboração da Carta.



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Quando se refere a construção de novas salas na EB 1 de Oliveira do Hospital não é para que os meninos do quarto ano que estão na EB 2, 3 deixem de lá estar. Eu entendo que devem lá estar e que até os do 3º ano deviam lá estar. Nós, com esta política, estamos a atenuar o “choque” que as crianças sentem na transição da EB 1 para a EB 2, 3. Por isso é que apareceram as escolas básicas integradas e os defensores das escolas básicas integradas: para que o aluno em idade escolar tivesse o mínimo de sobressaltos possíveis e pudesse fazer em percurso escolar devidamente acautelado, que não fosse esse um motivo de desinteresse, desmotivação ou causador de insucesso. E daí esta tese.

Sobre a questão dos pais e da população do concelho: gostaria de lembrar que, em 1890, o concelho de Oliveira do Hospital tinha cerca de vinte e três mil habitantes. Portanto, de todos os concelhos do interior, o concelho de Oliveira do Hospital é aquele que continua a conseguir manter a população que tinha em 1890. Tem tido uma estabilidade enorme a este nível. Também queria dizer que, para isso acontecer, como se falou aqui, é importante o emprego, o apoio à família.

O Governo lançou agora um incentivo à natalidade; nós não sabemos que frutos é que vão dar estas medidas. Não estou a ver que um casal tenha mais um filho porque vá receber mais cinquenta euros de abono de família. Por isso é que eu digo que a política de apoio à natalidade tem que ser de uma forma continuada e até aos dez anos, pelo menos. Aliás, eu disse isto aquando de uma proposta feita pelo Sr. Coronel Ribeiro de Almeida no sentido da Câmara também dar incentivos à natalidade. Eu disse que a Câmara está a fazer o que deve fazer na política de apoio à família: na acção social escolar, nos transportes escolares gratuitos, no fornecimento de manuais escolares. A Câmara está a fazer o que deve na política de apoio às famílias. Importante é que, da parte do Governo, essa política seja uma política continuada e possa ir, pelo menos, até aos dez anos.

A questão do emprego tem subjacente a questão da estabilidade do emprego. Hoje é uma questão fulcral no País. Nós vemos os jovens a casar cada vez mais tarde porque não há estabilidade no emprego. Há muitos jovens que não têm emprego e, uma grande percentagem dos que têm, não têm segurança no emprego. E há outro fenómeno novo: a questão dos divórcios. São factores de estabilidade emocional das próprias famílias que podem pesar nestes elementos.

Por isso é que nós, contrariamente ao que alguns defendem, entendemos que, por estas razões todas, não é necessária uma escola nova na cidade. Há um conjunto de infra-estruturas que existem e que devem ser rentabilizadas.

Há escolas a fechar: que ninguém se iluda. E o Sr. Presidente da Junta de Vila Franca que não se iluda porque o encerramento da escola de Vila Franca é uma questão de tempo. E a escola, nessa altura e por necessidade da sede do agrupamento funcionar, poderá ter que fechar.

Eu gostaria ainda de dizer uma coisa: encerrámos a escola do primeiro ciclo da Sobreda. Os pais dos meninos não quiseram que eles fossem para o Seixo mas para a sede do Agrupamento da Cordinha. E as crianças não demoram uma hora nos transportes, mas apenas um quarto de hora ou vinte minutos. São estes factores que demonstram também que alguns de nós, politicamente, teorizamos sobre esta questão, e que os pais vêem o problema noutra perspectiva.

Sobre a questão da Carta, queria reforçar que a filosofia que esteve subjacente à sua elaboração foi o aproveitamento de todos os recursos que temos pois não podemos andar a desperdiçá-los. Ainda este ano fizemos uma intervenção de fundo na escola do primeiro ciclo da cidade. Criámos uma sala de tecnologias de informação, com quadro interactivo, com vídeo-projector. Mas a sala tem que ser aproveitada por mais alunos, por aqueles que não têm, nas suas escolas,



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estes equipamentos e que devem ter as mesmas oportunidades que os outros têm. E isto é que me parece que é extremamente importante.”

Sobre esta questão, o Sr. Eng<sup>o</sup> Carlos Maia fez a seguinte intervenção:

“Estivemos a tratar e a falar de educação. Estivemos a falar da Carta Educativa. Estivemos a falar de recursos. Estivemos a falar de meninos, de professores, de escolas. Estivemos a falar de futuro. Muito sinceramente, o Sr. Presidente começou muito bem com a sua explicação mas acabou muito mal. Estava quase a convencer-me a votar a favor desta Carta Educativa. Mas, por um sinal mágico, no final, estragou tudo e fez-me mudar de opinião, quando disse que não podemos estar a desperdiçar recursos.

Sr. Presidente: se estamos a falar do futuro de gente, de pessoas, de crianças deste País e deste concelho, vem falar de recursos? E dá-se ao luxo de gastar dezenas e dezenas de milhares de contos em rotundas? Sr. Presidente da Câmara, realmente há muito tempo que os nossos critérios não são iguais e continuam a não ser iguais. Vem agora querer convencer-me que os meninos da Sobreda quiseram ir para o Ervedal e os meninos da cidade vão para Gavinhos? Mas, que qualidade é esta? Recursos, quando o Sr. desvia, por incúria de técnicos ou seja de quem fôr, mais de uma centena de milhar de contos no Mandanelho e já passa em mais de cem mil contos em rotundas? E vem falar em cortar recursos para a educação? “

Por fim, o Sr. Presidente referiu:

“O Sr. Eng<sup>o</sup> Carlos Maia não leu a Carta Educativa. É que o Sr., imbuído no espírito de falar para quem está lá ao fundo a anotar, até se esquece das coisas. E não leu a Carta porque a Carta não diz que é para transportar alunos de Oliveira do Hospital para Gavinhos. Onde é que leu isso? Era uma situação para ser aplicada este ano e nem sequer está a ser aplicada.”

Seguidamente, a Mesa colocou à votação, nos termos do n<sup>o</sup> 1 do artigo 19<sup>o</sup> do Decreto-Lei n<sup>o</sup> 7/2003, de 15 de Janeiro, a proposta da Carta Educativa do Município de Oliveira do Hospital, tendo sido aprovada por maioria, com cinco votos contra.

Por fim, colocada à votação a proposta de aprovação da presente acta em minuta, para que produza efeitos imediatos, foi a mesma aprovada por unanimidade.

Não havendo mais nada a tratar e sendo uma hora e cinquenta minutos, o Sr. Carlos Rocha declarou encerrada a sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente Acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos restantes Membros da Mesa e por mim

\_\_\_\_\_ Primeiro Secretário, que a subscrevi.

(Presidente) \_\_\_\_\_

(Primeiro Secretário) \_\_\_\_\_

(Segundo Secretário) \_\_\_\_\_